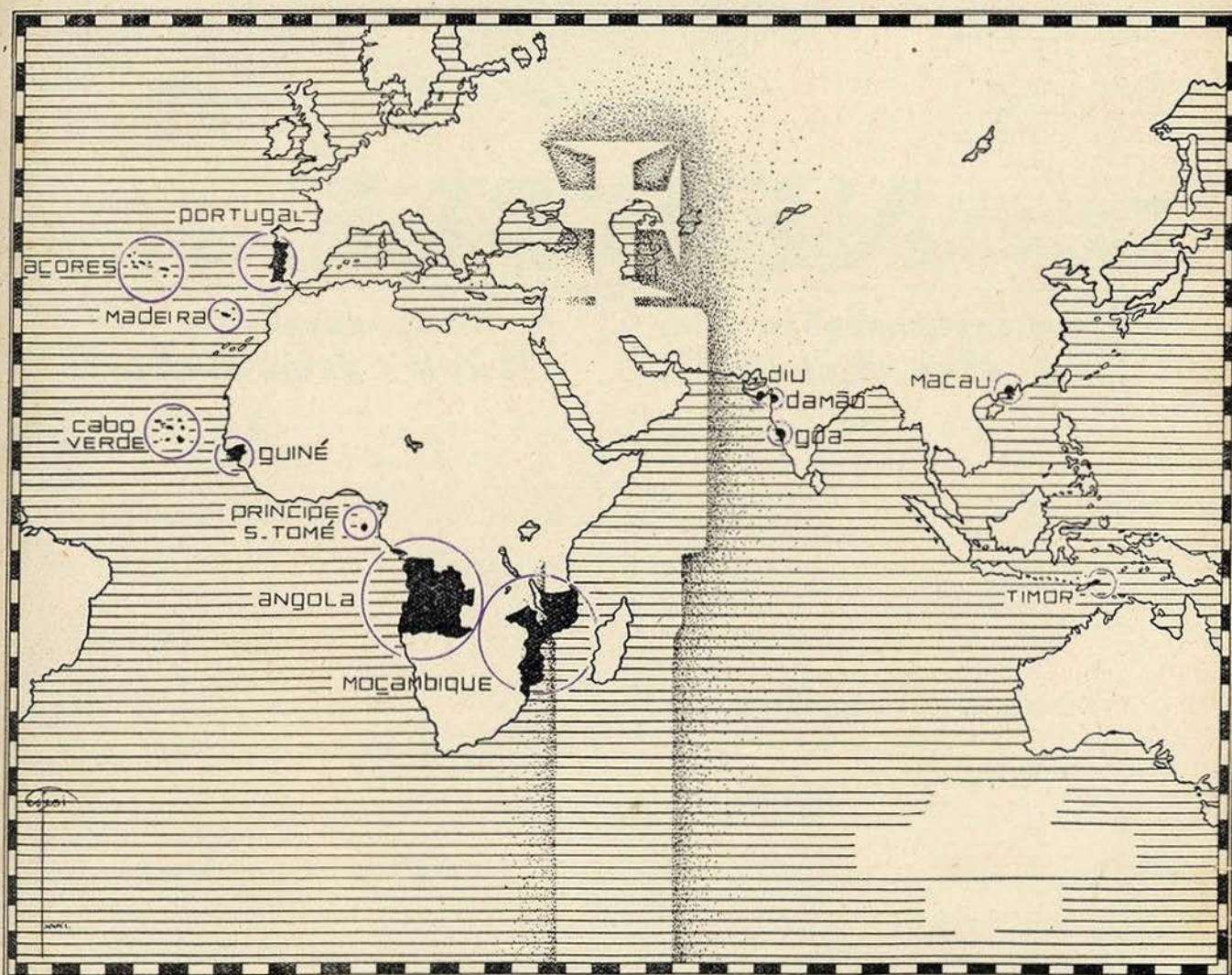


PORTUGAL COLONIAL

N.º 18

Agosto - 1932



**Revista mensal de propaganda e
expansão do Império Português**

UM BÉBÉ.

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**

Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO
Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito*



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
 ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
 RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
 Endereço Telegráfico
 «MINERVA»
 TEL. 2 4253
 Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3\$00
 Colónias..... 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18\$00
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA
 Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

O PROBLEMA DINÁSTICO PROVOCADO PELO FALECIMENTO DO SENHOR D. MANUEL DE BRAGANÇA	<i>A. J. Pires Avelanos</i> Director Honorário do Arquivo Histórico Colonial e colonialista
UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos</i> Professor escritor e jornalista
ENSINO — ESCOLA SUPERIOR COLONIAL.....	***
A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — SEU PASSADO, PRESENTE E FUTURO	<i>Álvaro da Fontoura</i> Major de Engenharia e Professor da Escola Superior Colonial
AS FEBRES QUE RESISTEM À QUININA E A SUA PROFILAXIA.	<i>A. Rita Martins</i> Professor da Escola Superior Colonial e Antigo Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa
EDUCAÇÃO DOS COLONOS.....	<i>Dr. António de Almeida</i> Médico e Aluno laureado da Escola Superior Colonial
A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE	<i>Dr. Júlio M. Monteiro Júnior</i> Aluno laureado da Escola Superior Colonial
OS ACTUAIS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS COLONIAIS PERANTE AS PRETENSÕES DOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL	<i>Simões da Mota</i> Oficial do exército e diplomado pela Escola Superior Colonial
CRÓNICA DA REDACÇÃO.....	<i>P. A.</i>
CARTA DE ANGOLA	<i>Henrique Galvão</i> Publicista colonial
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>A. Fassio e Albano de Sousa</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>J. R. A.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
ESTATÍSTICA	***

O problema dinástico provocado pelo falecimento do Senhor

D. Manuel de Bragança

O FE-
RE-
CE-
-SE hoje
aos monár-
quicos de
boa-fé e sã
consciên-
cia, uma
ocasião fa-
vorável pa-
ra, sem
ofensa dos

Vantagens da adesão dos monárqui- cos à Constituição e ao Regimen — O "ralliement" francês

Por A. J. PIRES AVELANOSO

Director Honorário do Arquivo Histórico Colonial e colonialista

seus princípios e da sua conseqüência, podem prestar um grande, um altíssimo serviço ao seu País e à Ditadura, completamente identificada com o regimen.

A Causa monárquica em Portugal, depois do falecimento do seu último e malogrado Rei, o Senhor D. Manuel de Bragança, patriota exímio que uma determinação feliz do actual governo soube honrar, repatriando o seu cadáver para o seu e nosso País, pode julgar-se definitivamente liquidada.

E certos estamos de que se o Senhor D. Manuel podesse tomar alguma resolução *post-mortem* seria no sentido de aconselhar aos seus subditos e concidadãos a ingressar no regimen estabelecido, abstendo-se de quaisquer deligências ou *démarches*, junto dêste ou daquele pretendente ao trono, que, dado a espírito da época, não há possibilidade, e muito menos conveniência, de ressuscitar.

É um mau serviço prestado ao País e à própria Causa monárquica, insistir na prapaganda e propagação de uma doutrina e de um ideal, que nas circunstâncias em que se encontra a Europa, cada vez tem menos adeptos, e menos classificados a defende-lo.

É trabalhar em pura perda, fazer obra negativa e destrutiva, quando tanta necessidade há de edificar e construir, se quisermos evitar qualquer mau encontro que nos faça perder a independência ou ficar esmagados em uma encruzilhada, em que nem a honra nem a dignidade se salvam!

Precisamos ser francos e sinceros com o País e com nós mesmos para evitar um mal maior, que se pode tornar irreparável.

Em Portugal não há hoje ambiente, nem se

presume
que o pos-
sahaver tão
depressa,
para a monar-
quia constitu-
cional e li-
beral, e
muito me-
nos, então,
para a mi-
guelista há

tanto tempo enterrada e bem enterrada, sem que a ninguém seja lícita pretender ressuscitá-la.

Não se governa com fantasmas, nem se ressuscitam ou galvanizam cadáveres!

E cadáver, em todos os sentidos, encara-se sob o ponto de vista porque se encara, é a monarquia tradicional e absoluta.

Ainda se compreende e tem probabilidades de êxito, pelo menos temporariamente, uma monarquia *fascista* ou à Primo de Rivera. Os erros ou desleixos que antecederam essas ditaduras tornaram-nas possíveis, e por assim dizer, inevitáveis.

Mas já se viu onde levou uma, e não se descortina ainda bem, onde a outra poderá levar, mas não é decerto à consolidação da monarquia, nos termos e nas condições em que antes se encontrava.

Só cegos de entendimento ou que propositadamente não queiram ver, poderão julgar o contrário.

Para traz não se anda, nem o espírito do tempo o consente.

Que se reforce o Executivo em prejuízo do Legislativo, que o Estado se torne mais ou menos corporativo, que se dê uma maior latitude e prerogativas ao Presidente da República, fazendo uma melhor selecção no pessoal e na divisão e distribuição dos poderes públicos é uma ideia que anda há muito tempo no ar e que agora foi possível concretizar.

A restrição do sufrágio universal, de que tanto se abuzou, durante largos e dilatados anos, e que só serviu para desacreditar o País e o regimen, fazendo a jôgo de meia dúzia de aventureiros e influentes eleitorais, tornou-se igualmente necessária, a fim de obstar aos atro-

pelos de todos os direitos, ainda os mais sagrados.

É isto só será possível quando se acabar com a praga do analfabetismo e do compadrio que tem provocado o nosso descrédito e causado mais prejuízos do que a maior e a pior de todas as calamidades.

Unam-se e conjuguem-se os esforços do maior número possível de portugueses, de quantos antepõem todo e qualquer idealismo ou interesse individual ou particular por mais justificado que seja, aos interesses superiores da Pátria e do Regimen que a consubstancia, e o mais virá por acrescentamento.

Tem sido a actual *Ditadura* em extremo benevolente para com os monárquicos.

Apezar de se ter proclamado, desde o início, sempre republicana, a *Ditadura*, nunca deixou de ter atenções e deferências especiais para os que militavam no campo oposto, e mais ou menos eram considerados pelos antigos partidos, como fora da lei.

Está em discussão o projecto de Constituição, que sem satisfazer todas as aspirações e correntes dos dois campos em presença, não é propositadamente, desfavorável nem feita contra nenhum dêles.

Antes a ambos dá compensações legítimas, que muito nos apraz consignar, não havendo portanto portugueses de primeira ou segunda classe.

Ora, sendo o principal autor ou inspirador desta Constituição, o Senhor Doutor Oliveira Salazar que se tem revelado uma das mais poderosas e equilibradas mentalidades do País, quer-nos parecer que ninguém deve ter receio das conseqüências da implantação desta ou parecida Constituição, tanto mais que segundo lemos na importantíssima entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, pelo mesmo eminente homem público, «as circunstâncias políticas obrigam a adiar por algum tempo a entrada em vigor desse diploma, que tem de ser precedido de uma revisão cuidadosa de todos os pontos que tem merecido reparo de maior da opinião pública».

Com as medidas até hoje promulgadas, tem o Senhor Doutor Oliveira Salazar demonstrado à evidência, que vive completamente independente de todos os corrilhos e facções, e só o preocupa o bem estar material e moral do País.

Porque os monárquicos sem rei, nem possibilidades de o vir a ter, não hão-de auxiliar a acção dêste homem público e patriota, que tantas mostras lhe tem dado de consideração, ingressando na República, formando ou ajudando a formar o grande partido ou a grande fôrça

conservadora do regimen, se preferem esta designação?

O momento é oportuno e lógico. Quem tiver ideas e planos de govêrno, que as apresente, que se forem razoáveis ninguém os contrariará; antes, pelo contrário, todos lhe darão franco e leal acolhimento.

É seria, por assim dizer, o coroamento da obra da *Ditadura*, que forte com esta corrente de opinião, poderia mais facilmente impôr-se ao País, e obstar a que outra antecipada e prematuramente, viesse lançar o País em novas aventuras e convulsões.

Que os partidários de D. Manuel, que tão português e patriota se mostrou durante os largos anos do seu exílio, não andem agora de candeia acesa à procura de um rei, que a nação não pôde aceitar, e só serviria para mais nos dividir e enfraquecer!

Abram-se francamente as portas da República a quantos, com honestidade e inteligência queiram aderir ao regimen e prestar-lhe os serviços de que carece. Todos não são demais para o muito que há a fazer.

Os católicos em virtude dos ensinamentos da Igreja, a partir de Leão XIII, e da resolução do Episcopado português, de há muito que aderiram ao regimen estabelecido e o servem sem reserva mental, e com a isenção e o patriotismo, que é seu timbre.

E não consta que tanto os católicos como os republicanos, tenham tido de que arrepende-se.

Porque não hão-de fazer o mesmo os monárquicos, simplesmente, ou os monárquicos, *double* de católicos, imitando o que fizeram em França por ocasião do seu *ralliement* à República?

É falando dos monárquicos não estabelecemos qualquer distinção entre os dois ramos em que se dividem.

Para nós são todos portugueses, dignos do nosso aprêço e consideração, e de figurarem nos mais elevados postos da República.

Há ideologias que não voltam, e que só adquiriram incremento, no fundo mais aparente que real, pelos favores da actual *Ditadura*, e pelos grandes erros e faltas praticadas pelos republicanos, que a tornaram passível.

Mas os tempos mudaram, e as faltas de que são acusados os partidos republicanos, certos estamos de que as não voltariam a praticar se de novo as circunstâncias os levassem ao poder.

Haviam de estar com o ouvido mais atento às necessidades e conveniências do País.

Ora, para que essa volta, a ter de dar-se,

Uma carta mensal

de Portugal

para as **Pelo dr. Agostinho de Campos** Colónias

EM geral sabe-se pouco entre Portugueses do que se passa em Espanha, e esta ignorância resiste a tudo, incluindo o amplo gasto que em Lisboa se faz de jornais espanhóis e o facto de cada diário português que se preza ter o seu correspondente em Madrid.

A verdade é que as correspondências de Espanha nos jornais portugueses não são mais elucidativas do que os artigos de fundo que cada um deles consagra à política interna. Os correspondentes madrilenos são em regra portugueses emigrados que nos apresentam as cosas de Espanha com mólho de sentimento ou ressentimento português. Somos irremediavelmente líricos e a objectividade não é o nosso forte.

Volta e meia vemos um jornal rico mandar lá fora com grande despesa um colaborador talentoso para relatar qualquer successo importante. O homem parte, instala-se e, durante uma semana ou duas, para bem merecer o dinheiro que custa, expede longas e bem trabalhadas cartas, que a gente começa a ler com sofreguidão, mas logo põe de parte, porque o pseudo-reporter não relata nada, senão o que se passa na sua

alma, que elle leva consigo com as piúgas e as ceroulas, e nos impinge abundantissimamente. A gente, farta de confiecer a alma do homem, põe a sua prosa de parte e compra o jornal estrangeiro...

Quanto aos leitores portugueses de periódicos espanhóis podemos supor que o que principalmente querem é ver as figuras, ler as crónicas taurinas, pôr o dedo no ar, com cuspo, a ver se de Espanha sopra algum «bom vento» político — e nada mais.

Isto é grave, porque nuestros hermanos são os nossos vizinhos maiores, e portanto — por definição e por história — os nossos «inimigos hereditários». Um bom observatório donde se pudesse enxergar bem tudo quanto elles dizem, pensam ou fazem, não seria de mais. O que nos vale é a Providência, que tem as coisas dispostas com tanto acerto, que Portugal e Espanha andam sempre ao arrepio um do outro: ditadura lá, demagogia cá; demagogia lá, ditadura cá; nacionalismo aquém da raia, cosmopolitismo além. E, assim, sucessivamente. No fim vai dando certo, por isso mesmo que não puxamos certas.

Mas era bom prestar atenção a certas cosas. Por exemplo: ¿que se passa ou vai passar-se em Espanha a respeito de organização militar, armamentos terrestres, navais ou aéreos, posição da Espanha na balança da Europa, etc. etc. etc?

Não nos considerando alheio ao quadro geral da ignorância portuguesa em matéria de cosas espanholas, queremos no entanto chamar a atenção lusa para o seguinte:

não seja prematura e prejudicial, ao bem público, e ao próprio regimen, é que nós aconselhamos, os monárquicos, as classes conservadoras, enfim, e disso pedimos desculpa, a darem o único passo compatível com os interesses do País, e com os seus próprios.

É preciso ser da sua época e aproveitar o ensejo, que é favorável, como já se disse, e pode não voltar a repetir-se.

E diz isto quem foi monárquico embora sempre *pé fresco*, que aderiu honestamente à República, por ocasião da sua implantação, se bateu e está pronto a continuar a bater-se por ela, caso a visse em perigo, e que tem apoiado os actos de alguns ministros, principalmente os praticados pelos senhores Doutores, Oliveira Sa-

lazar e Armindo Monteiro, sem nunca deixar de ser republicano e partidário.

Tudo aconselha uma união íntima e estreita entre todos os portugueses de boa vontade, seja qual for o campo político e social em que militam.

Vai nisso a salvação do País e das Colónias, dêsse nosso terceiro ou quarto império colonial, que agora está sendo visitado e estudado com verdadeira intelligência e carinho, pelo senhor Ministro das Colónias, e que, por feliz acaso, ainda é o terceiro ou quarto império colonial do mundo.

Mas, como este artigo já vai demasiado extenso reservemos para mais tarde várias outras considerações que agora não podemos fazer.

Lisboa, Julho de 1932.

Parece que o advento da República revelou em Espanha um estadista, que é o sr. Azaña, actual chefe do Governo daquele país. O sr. Azaña era, nos tempos da propaganda, um burocrata de terceira ordem; agora parece ser a única figura política dotada de habilidade e vontade para ir timonando aquele barco no mar agitado de ideias e tendências contraditórias.

Ministro da Guerra desde o início da República e ainda agora, o sr. Azaña escolheu assim na governação nova um posto ao mesmo tempo difícil e vistoso. Cumpria-lhe e cumpre-lhe desanuviar o horizonte republicano da ameaça tão castiça dos pronunciamentos militares. É a primeira coisa que fez, com um jeito de verdadeiro prestidigitador, foi a redução a metade do número dos oficiais, que parece que eram mais que os soldados. Agora aparecem na imprensa umas declarações suas, donde se vê que vai introduzir no exército grandes reformas, para o tornar um instrumento «pacífico» de primeira ordem.

«A Espanha (diz êle) precisa de paz... e de ser respeitada na ordem internacional». E acrescenta: «Se houver nova guerra, não é certo que possamos manter-nos neutrais, como em 1914, e também não sabemos se nos convirá ficar outra vez na neutralidade. Além disso não há dúvida que precisamos de ser respeitados e o respeito, em tempo de guerra, só pode basear-se na possibilidade de o impor aos outros. Temos de defender a nossa independência e, em caso de conflito, entrar nêlo ou não, segundo a nossa vontade e as nossas conveniências...»

Os filósofos dirão que é sempre assim: não há piores diabos que os antigos ermitões, nem mais aguerridos pacifistas que os anti-militaristas do tempo da «outra senhora».

O chefe do Governo espanhol diz que precisa de uma indústria forte, para se fabricarem muitas coisas que são fundamentais na guerra moderna; e já apresentou ao Parlamento um projecto de reorganização dos ministérios da Guerra e da Marinha, com uma espécie de super-Estado Maior, que coordene as vistas dos Estados Maiores dos dois ministérios.

À aviação serão atribuídas dotações muito mais importantes que as de agora, de modo que, dentro de cinco anos, disporá de um orçamento de 150 milhões de pesetas; e todo o material militar será renovado além de aumentado, e posto em dia «con los últimos adelantos». Brevemente levará o sr. Azaña às Côrtes, segundo promete, vários projectos de reorganização militar, que virão somar-se ao que se está discutindo e respeita ao recrutamento de oficiais. Entre êsses cita

os seguintes: um, relativo à oficialidade complementar; outro, de coordenação dos grandes centros técnicos da defesa nacional; outro, finalmente, sôbre a instrução militar.

Logo que se soube de todos êstes vastos projectos, arrebitou a orelha a imprensa francesa, que os publicou na íntegra, dando-lhes mais importância e espaço do que às notícias, já fastidiosas, da agitação política e social da Espanha. Compreende-se: a França tem todo o interesse em saber como se portarão os Pirinéus, enquanto ela, em caso de guerra, estiver entretida para as bandas do Reno. E o sr. Azaña criou fama de ser o único homem de Estado que a República Espanhola produziu até agora.

E, dito isto, não pomos mais na carta...

ENSINO

Escola Superior Colonial

Terminaram no dia 30 de Junho findo os exames finais do ano lectivo de 1931 e 1932, neste importante e útil estabelecimento de Ensino Superior do nosso País com os resultados a seguir transcritos, tendo-se matriculado 106 alunos e requerido exames finais 90.

Transitaram do 1.º para o 2.º ano do Curso Superior Colonial, os Senhores: Adamastor Ribeiro, Ademar Rodrigues dos Santos, funcionário Colonial Alberto Coutinho Saraiva, Capitão Correia Nobre, Dr. A. Teixeira Leal D. Amélia Ramos Santos, Dr. médico António de Almeida, Tenente A. Pedro da Costa, Tenente A. Noronha da Costa Paulino, funcionário colonial A. Lopes da Cruz, A. Pedinha, C. d'Ayet Leote, Capitão Dimas Lopes de Aguiar, Dr. médico F. Basso Marques, Tenente F. Pereira de Figueiredo, funcionário colonial F. António de Oliveira, Capitão H. Santos Patriício, I. da Silva Lopes, Tenente J. Lopes Leal, funcionário público Joaquim Mascarenhas Gaivão, Tenente J. Monteiro de Macedo, funcionário bancário J. Vasco Godinho, José Roque de Pinho, funcionário público J. Duarte Machado, Capitão de Engenharia J. Bento Ruah, funcionário público J. da Silva Moreira, funcionário colonial L. Ferreira Cidade, M. Pereira da Silva, funcionário colonial M. Ferreira Martins, funcionário público M. Martins Costa, Dr. Mário Lemos Matos dos Santos, Pedro Veiga e R. da Câmara Oliveira.

Transitaram do 2.º para o 3.º ano do referido Curso, os Senhores: A. Brito e Cunha, funcionário público A. Ezequiel de Sousa, A. Ferreira Caixinha, funcionário colonial A. Nunes Costa, funcionário colonial A. Condorcet da Costa, Carlos Marques, Pires Velozo, F. Costa Rito, Capitão J. Rebeca Júnior, funcionário público J. Vieira Miguens, Júlio Monteiro Júnior, Capitão L. Leal Dias, L. Cicero Soalheiro, L. Correia Farinhote, L. Pinto Garcia, funcionário colonial M. Arrobas Ferro, M. A. Cruz e Santos, Ferreira Gonçalves, 2.º Tenente P. Roque da Silveira, funcionário colonial S. António de Barros, Simão Falcão Aranha, funcionário colonial V. Castilho Duarte e Dr. S. Gualter Calheiros.

Transitaram do 3.º para o 4.º ano do mesmo Curso, os Senhores: Capitão A. Fernandes de Oliveira, funcionário colonial A. Rebordão Correia, Major A. Costa Alves, funcionário público A. Reis Rumina, Capitão A. Antunes Cabrita, funcionário público A. Tórreres de Sousa, 1.º Sargento A. Farto Leone, funcionário colonial A. J. Santos Lima, E. Franco Ferreira, funcionário público F. Assunção Machado, Guilherme Rodrigues, funcionário colonial H. Gama da França, J. Barbosa Vicente, funcionário colonial. J. Costa Júnior, Dr. José M. de Sousa, Tenente Coronel J. Garcez de Lencastre, funcionário colonial L. Tavares e Sousa, funcionário público M. Afonso Neves e T. Martins Gomes.

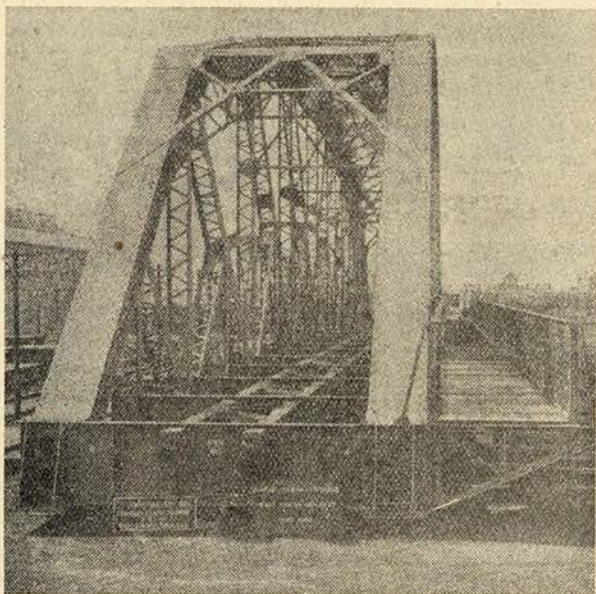
Concluíram o «Curso Colonial», os Senhores: Américo Baptista de Sousa, funcionário colonial de Moçambique; António Emílio Simões da Mota, Tenente com larga permanência em Moçambique; Francisco R. Dentes Júnior, 1.º Sargento com permanência em Timor e Moçambique; João Maria da Conceição; Joaquim Gomes Rascão, funcionário público; Vasco Ferreira Martins, funcionário público de Angola; e Virgílio Rebordão.

A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

Seu Passado, Presente e Futuro

Com êste título publicámos no último número da *Portugal Colonial* um artigo em que se fazem referências à projectada ponte sôbre o Zambeze, ligando a Vila de Sena a Mutarara e destinada a continuar o caminho de ferro Transzambezião, ligando a Beira aos caminhos de ferro do Niassaland (Shire Highlands Railway e Central Africa Railway).

Nesse artigo indicou-se o comprimento da ponte em harmonia com um primeiro projecto que foi tor-



MOÇAMBIQUE — Primeiro tramo da ponte sôbre o Zambeze

nado público e no qual se fazia a ligação da ponte às margens do rio, por meio de extensos aterros revestidos de alvenaria.

Por amável informação do Ex.^{mo} Sr. engenheiro Lisboa de Lima, tivemos conhecimento de que recentemente se incorporou na ponte a contruir, o comprimento d'esses aterros, o que eleva o comprimento desta a 3.550,96 metros.

Os tramos principais terão 79,24 metros de comprimento, tendo o primeiro já sido construído em Inglaterra como a fotografia junta mostra.

ÁLVARO DA FONTOURA

Major de Engenharia e Professor
da Escola Superior Colonial

À Imprensa Colonial

«Portugal Colonial», agradece as amáveis referências, com que os jornais coloniais a quiseram honrar, quando do seu aniversário, congratulando-se com que o seu programa tenha encontrado o apôio e o aplauso daqueles, a quem mais directamente interessa, a sua missão.

AS FEBRES que resistem à quinina e a sua profilaxia

Por A. RITA MARTINS

Professor da Escola Superior Colonial e Antigo Assistente
da Faculdade de Medicina de Lisboa

A experiência tem por vezes consagrado certos agentes terapêuticos no tratamento e profilaxia de algumas afecções, que constituem a suprema aspiração da medicina e da higiene na arte de curar e de se evitarem as doenças.

A quinina é uma dessas drogas, cuja utilidade foi estabelecida desde o século XVII, primeiro empiricamente e só recentemente confirmada pela observação microscópica da sua acção parasiticida sôbre o hematozoário de Laveran.

Gobey emitira o parecer de que a quinina, com os seus alcalóides activos, é o específico de tôdas as doenças periódicas—queria dizer febris periódicas—e daí a considerar-se o específico da febre ia pouca distância, que outros facilmente transpuseram. Tende a empregar-se a quinina como recurso terapêutico a que, mais ou menos, ainda hoje se recorre em quasi tôdas as doenças infecciosas ou parasitárias, em obediência ao corolário que DÉLIOUX DE SAVIGNAG enunciara como «o supremo antagonismo do organismo febril».

A quinina destrói as formas novas do hematozoário e evita os acessos periódicos seguintes, por libertação de antígenos nos parasitas e formação de anticorpos no hospedeiro.

E os sais de quinina não têm sômente a acção curativa, não são só o *remédio do paludismo*, possuem-na igualmente e em alto grau preventiva e verificam-se, pode dizer-se sempre, os melhores resultados no seu emprêgo metódico e persistente na profilaxia do paludismo. A quinina deve, no dizer do prof. CARNOT, constituir um verdadeiro *alimento diário* nas regiões impaludadas, e consideram-se hoje incontestáveis os resultados d'este método, quando devidamente posto em prática.

Ora a terapêutica química só pode aspirar a curar aquelas afecções para as quais descobrimos um medicamento específico, como a amibiose, que os médicos portugueses e espanhóis foram os primeiros a cognominar diarreias da ipecacuanha, e que ainda hoje se cura efectivamente com um dos seus alcalóides, a emetina.

Estabelecida definitivamente a acção específica da química sôbre o hematozoário como agente quimioterápico, falta ainda provar a sua indicação nas afecções em que hoje se emprega, talvez como uma consequência da relativa impotência da terapêutica química na grande maioria das doenças infecciosas

e parasitárias e do detestável hábito que os doentes têm de exigir sempre do médico a prescrição de uma droga, que os há-de curar dos seus achaques, a tal ponto que nós próprios acabamos por nos deixar convencer a esse respeito...

No ensino da higiene que nos cumpre na Escola Colonial, por necessidade didáctica de dicotomizar as matérias elementares, criámos o grupo das febres que resistem à quinina. A maioria destas afecções são próprias e algumas exclusivas dos países quentes, mas muitas encontram-se já nos nossos climas e tendem a considerar-se cosmopolitas.

Este grupo tem especialmente interesse na patologia dos países quentes, pois que permite suscitar imediatamente, no caso de inactividade da quinina, o conhecimento rudimentar das restantes afecções, em especial das devidas a protozoários, que são as mais freqüentes e também as mais graves dos trópicos, mas oferece ainda interesse na patologia dos climas temperados, tanto mais que algumas se observam também entre nós e todos os dias se alarga o seu domínio geográfico. É conveniente termo-lo presente quer nos casos autóctonos quer nos transmitidos directa ou indirectamente pelos doentes que regressam das colónias, como succede muitas vezes entre nós.

A quinina não deve pois considerar-se como um antipirético e nada indica a sua prática nestas afecções devidas a protozoários, excepto no paludismo. São elas que constituem propriamente, nos países quentes, este grupo das febres que resistem à quinina, aquelas para que temos de procurar outros agentes terapêuticos e profilácticos e acerca das quais nos vamos referir aos mais importantes que hoje conhecemos para o tratamento e profilaxia—das febres recorrentes, que já se têm observado em Espanha, e que talvez noutros países se hajam confundido com o paludismo ou a febre tifoide, e além das exclusivas dos países quentes, como a diarreia tropical, às circunscritas na área do respectivo veículo transmissor, como a doença do sono, e a outras que ainda se têm observado autóctonas entre nós, como o kala-azar e a amibiose.

A base da profilaxia destas afecções deve ter por objecto não só o extermínio dos parasitas seus veículos transmissores, mas em especial a prevenção contra as suas picadas e bem assim o isolamento e tratamento dos infestados e extinção dos reservatórios de vírus conhecidos, no que de resto é comum às restantes afecções devidas a protozoários. Compreende a defeza colectiva, a cargo do Estado e das autoridades sanitárias competentes, a mais importante e aquela que há-de sanear os países quentes, e as precauções individuais, que nem pelo facto de serem rudimentares são menos necessárias, pois delas afinal depende a nossa defeza e protecção, quando não a podemos exigir da acção do Estado.

A amibiose intestinal, afecção geralmente crónica, devida a amebas, manifesta-se com úlceras intestinais profundas e hemorragias e pode complicar-se com abscessos no fígado e febre séptica. A sua profilaxia prescreve como medidas sanitárias eficazes as precauções contra a contaminação dos alimentos pelas mósas, portadoras dos quistos amibiosos que podem arrastar mecânicamente, e a abstenção dos vegetais e frutos crus. Evitar-se-há cuidadosamente a contaminação pelas fezes humanas e ao mesmo tempo

é indispensável o tratamento dos portadores dos parasitas.

As amebas contidas nos quistos podem subsistir muito tempo nas fezes dessecadas, infestam as águas e os alimentos vegetais, com possível infecção directa, mas a transmissão habitual é disseminada especialmente depois das crises agudas pelos portadores crónicos dos quistos, que, sob a acção do suco gástrico, perdem a sua membrana, e então as amebas multiplicam-se no intestino e penetram na mucosa.

A diarreia crónica tropical ou da Cochinchina é uma enterite crónica com lesões bucais e das mucosas, falta de absorção das gorduras, e destruição da mucosa intestinal, vulgar no Extremo-Oriente, principalmente, na América Central e África Ocidental e Equatorial, e que atinge os europeus mais do que os indígenas.

Considerada por uns uma avitaminose, atribuem-na muitos exclusivamente a cogumelos não filamentosos do género *Monilia*, com os caracteres dos Sacaromices, que para outros apenas seriam não a causa da afecção mas uma complicação: como a sua patogenia ainda não está definitivamente estabelecida, desconhece-se assim a sua profilaxia.

Recentemente MANSON-BAHR e TAIT emitiram a opinião de que as ulcerações aftosas, que a caracterizam e lhe dão o nome de «Sprue», são suspeitas de origem amibiana, que com efeito também se encontra quasi sempre nos antecedentes desta afecção.— Não constituirá a «Sprue» uma simples complicação da disenteria amibiana?...

A amibiose encontra-se por todo o continente asiático, em grande parte da África, na América—principalmente do sul—na Oceania e na Europa observam-se focos nos Balcans e litoral mediterrâneo embora antigamente se considerassem raros os casos autóctonos nos países temperados.

No seu tratamento emprega-se principalmente a emetina, um dos alcaloides da ipeca, os arsenicais, arsenobensois, stovarsol, treparsol, etc., nos casos agudos, e o valren, nas formas crónicas.

Na desinfeção dos objectos e esterilização das fezes que não se incinerarem pode empregar-se o cresil, em solução a 1 por 20, etc.

Na profilaxia da afecção pode recorrer-se às injecções de emetina ou á sua ingestão, e ao iodeto de emetina e bismuto, na dose de 0 gr., 0 6, todos os 3 dias.

O Kala-azar ou esplenomegália tropical é uma leishmaniose interna, com febre infecciosa irregular, crónica, aumento de volume do baço e do fígado. A presença dos respectivos parasitas, *Leishmania Donovanii*, é revelada pelo exame da punção do baço, aumento dos grandes mononucleares, anemia, leucopénia, e cor terrosa da pele, com elevada mortalidade. Reveste a forma aguda ou crónica, com hemorragias da pele e das mucosas, sinais de gangrena, disenteria e morte. Tem predilecção pelos indígenas e aclimatados, na Índia, e dizima no Mediterrâneo as crianças acima dos cinco anos.

A *Leishmania infantum* (NICOLLE) é uma variedade de parasitas das crianças dos países mediterrâneos, com febre intermitente e dupla crise nas vinte e quatro horas. Parece ainda que a doença de Banti, a anemia esplénica e a esplenomegália podem ser devidas ao Kala-azar.

A profilaxia compreende o isolamento e desinfeção rigorosa das habitações, roupas, etc., e o com-

bate às pulgas, dos gatos, dos cães e que podem parasitar o homem, e o isolamento dos infectados.

Deve cuidar-se de extinguir a afecção no início, antes de se tornar endémica.

Considera-se o cão o reservatório do vírus e as pulgas as suas transmissoras no foco do litoral Mediterrâneo, mas no foco Indiano, porém, o cão apresenta imunidade à infecção e parece que provavelmente são as mósca que a propagam depositando os parasitas das ulcerações, da pele e das mucosas e fezes, e o homem constitui, incontestavelmente, o reservatório do vírus.

Suspeita-se ainda que os percevejos e certos *Redúvidos* do género *Triatoma* sejam os verdadeiros hospedeiros intermediários dos parasitas. Mas estabeleceu-se que na Índia os *Pflebotomus* são verdadeiros transmissores da afecção. Multiplicam-se neles os parasitas e assim a profilaxia visa as precauções contra estes insectos—mosquiteiros de malhas finas, etc.

Dispomos no tratamento da afecção dos compostos de antimónio, especialmente dos orgânicos, menos tóxicos, mas falta-nos qualquer medicamento inócuo susceptível de empregarmos como preventivo.

As febres recorrentes são afecções cosmopolitas caracterizadas principalmente por períodos febris successivos, muitas vezes com icterícia e complicações pulmonares, transmitidas por diversas classes de arthropodos sugadores, a forma cosmopolita denominada europeia, pelos piolhos, devida ao *Treponema recorrentis*, também comum à África setentrional, à Ásia, à América (Perú) e Oceania; e pelas carraças *Argasinae* do género *Ornithodoros* a febre das carraças devida ao *Spirochaeta Duttoni*, observada na África, na América do Sul e Central e Europa (Espanha).

Tanto os piolhos da cabeça como os do corpo (*Pediculus humanus*) podem inocular a afecção por esmagamento ou picada: os espiroquetas encontram-se no seu conducto gastro-intestinal desde as primeiras 24 horas, e os ácaros infestam-se desde o quarto dia e até à terceira geração.

Consideravam-se ainda os percevejos transmissores da forma recorrente europeia, e na forma indiana talvez as mósca colaborem mecânicamente na propagação da afecção, que pode confundir-se com o paludismo, a febre tifoide, a dengue e a febre amarela e associar-se ao tifo exantemático.

A sua profilaxia compreende, pois, o extermínio dos hospedeiros intermediários dos parasitas, a destruição dos piolhos e lêndias, o despioalhamento e limpeza das roupas e das habitações. Na febre dos ácaros, para a sua profilaxia, devem caiar-se as paredes e aplicar-se o petróleo e pulverizações antisépticas em todos os orifícios do solo, etc... Evitar-se-ão as casas e as camas dos indígenas, não se deve dormir no solo nem sem mosquiteiro, ter-se-há presente que os ácaros, ao contrário dos piolhos, podem viver anos sem alimento, e deixar-se-há durante a noite a luz acesa nos lugares suspeitos.

Deve evitar-se ainda o contágio directo ou indirecto do sangue dos infectados, portadores dos espiroquetas, pois a infecção pode ter lugar pelas erosões das mãos ou por intermédio de partículas de sangue que contaminem a mucosa ocular. O homem constitui o reservatório do vírus, embora se tenha conseguido infectar experimentalmente os ratos.

Preventivamente e em ocasião de epidemias

também se poderiam tentar os arsenicais e propõe-se nesse sentido o Stovarsol.

A doença do sono, cujo domínio geográfico se limita à zona africana das *Glossinas* embora já se tenha previsto a hipótese de se poderem generalizar a outros continentes, é uma afecção com febre irregular, crónica, enfartos ganglionares, edemas, caquexia e lesões do sistema nervoso, com letargia. O seu tratamento tem de ser precoce, especialmente na forma rhodesiense.

A tumefacção dos gânglios cervicais, já conhecida dos negreiros, constitui muitas vezes um indicador precoce da afecção.

A profilaxia compreende o isolamento dos infectados e o seu tratamento e o combate aos veículos transmissores, de forma a exterminá-los e a evitá-los.

Tem-se considerado (BRUCE) a caça grossa o reservatório do *Trypanosoma Gambiense* e também parece constituir-lo do *Trypanosoma Rhodense*, o que tem sido contestado como pouco provável, embora o seja do *Trypanosoma Brucei* do Nagana ou doença da mósca tsé-tsé.

No combate à tsé-tsé praticar-se-há a destruição sistemática dos arbustos e vegetação ribeirinha até 100 metros dos cursos de água.

A imunização pelos soros curativos e preventivos tem-se ensaiado nos animais. Quanto à profilaxia química, talvez se pudesse tentar o Germanin (Bayer 205) que é perigoso em dose curativa, pois enquanto o atoxil e o tártaro emético se eliminam rapidamente, aquele permanece no organismo semanas e meses, ou a Tryparsamida, que tão bons resultados tem dado no tratamento, mesmo nos casos adiantados da afecção e que é menos tóxica do que o atoxyl.

Todas as afecções deste grupo das febres devidas a protozoários que resistem à quinina são susceptíveis, incluindo também a amibose intestinal, de apresentar alguns dos sintomas do paludismo, pois podem manifestar-se com piroxia mais ou menos irregular e persistente, suores profusos após os acessos febris, anemia e ainda, nos períodos terminais, a caquexia e a outra restante sintomatologia mais ou menos comum, por vezes com lesões viscerais análogas às que se observam no impaludismo, como a hipertrofia do baço e do fígado.

Praticamente a inactividade da quinina em qualquer destas afecções permite-nos afinal chegar à conclusão de que a quinina é um simples parasiticida específico do paludismo e pode afastar logo a hipótese desta afecção. Excluídas as doenças infecciosas de diagnóstico clínico em geral mais fácil, deixa-nos em presença das doenças devidas a protozoários que não cedem à quinina.

Nesta vasta obra de profilaxia e de saneamento dos países quentes é indispensável também cuidar das condições de bem estar e conforto dos indígenas, de que depende não só o problema económico da mão de obra, cada vez mais importante mas também intimamente ligadas, as condições de higiene dessas populações, pois a anemia e as afecções do tubo digestivo predispõem para o definhamento e para as doenças infecciosas e parasitárias.

E assim Portugal que colonizou esses continentes do Atlântico depois de os abrir ao mundo, terá de continuar a grandiosa obra sanitária que os nossos contemporâneos nos legaram.

Foi portuguesa a primeira missão científica que em África estudou a doença do sono, e se não foi

CONVIDADO pelo meu presado amigo Sr. J. F. Rodrigues, ilustre Secretário da Escola Superior Colonial dirigindo actualmente esta revista, para escrever sobre qualquer assunto de natureza colonial, é com bastante satisfação que acedo ao seu pedido, dada a alta consideração que tenho pelo seu carácter, pela sua inteligência, pela sua grande cultura colonial adquirida em longa estada nas nossas colónias e completada na nossa Escola que frequentou com acendrado amor e dedicação.

O valor do ilustre Secretário da E. S. Colonial, está sobejamente demonstrado no carinho com que trata dos assuntos que se referem à nossa Escola e a todos os seus alunos.

É a sua maior glória, é dos maiores serviços que elle prestou à Escola que é o mesmo que dizer às nossas possessões ultramarinas, a realização do banquete de confraternização dos alunos — essa parada de forças intellectuais que constituiu uma revelação para todo Portugal — de que elle foi a alma promotora.

O Secretário da nossa Escola é um dos maiores animadores da falange intellectual que se bate com entusiasmo e galhardia e isenção por este importante estabelecimento de ensino superior.

É elle, com a sua palavra autorizada, sugestiva e quente, filha do grande amor que lhe vota, que tem levado para a Escola S. Colonial, alguns dos seus melhores alunos, iniciando-os na grande cruzada colonial em que vem empenhando toda a sua vida.

Foi elle que, sabendo-me entusiasta por estudos de medicina e hygiene tropicais, a que me dedico há mais de seis anos, me levou a, nos repousos da minha vida ingrata e difficil de clinica, me votar a estudos coloniais mais amplos, de carácter mais enciclopédico, como são os que constituem o programa da E. S. Colonial.

E assim me tornou extrenuo defensor da Escola a qual voto todo o meu entusiasmo, todo o meu ca-

nho, toda a minha intelligência e esforço mental, tendo em vista o seu futuro, do qual depende o futuro do Império colonial português.

É tal a minha dedicação pela Escola que o meu idealismo chega ao ponto de não conceber na sua frequência senão alunos distintos!

É que, estando na Escola S. Colonial toda a esperança da nossa acção colonial moderna, sendo a Escola o expoente máximo da nossa cultura colonial, era da obrigação de todos os seus alunos o empenho maior em a elevarem, pela sua alta cultura e preparação intellectual, que seria evidenciada nas distincções obtidas durante o curso.

É a E. S. Colonial dos estabelecimentos de ensino superior mais alevantados não só pelo seu eminente corpo docente mas também pelo elevado nível mental dos seus alunos.

Os seus professores são dos mais competentes, e assim teriam de ser em face de tais alunos, de tão elevada cultura geral e especializada, pois os professores exigem-se tanto mais illustres quanto mais illustres forem os alunos a que ministrem ensinamentos.

Foram os conhecimentos adquiridos com o eminente e venerando Prof. Cayola que me sugeriram as considerações que passo a transcrever.

Reconhecida universalmente a ciência da colonização como das mais complexas e fundamentais para fazer, de povos primitivos e tutelados, povos civilizados e livres, que colaborem no progresso da Humanidade, todas as nações coloniais fixaram a sua atenção no estudo dos meios eficazes para atingirem aquele *desideratum*.

Assim, ao lado dum funcionalismo com idoneidade moral e com preparação técnica adquirida em escolas especiais, os países coloniais acordaram na necessidade de educação dos colonos, dando tanta importância a esta última que muitos países admitiram durante muito tempo que a existência de bons colonos dispensava a necessidade de funcionários com preparação especializada.

EDUCAÇÃO DOS COLONOS

Pelo DR. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Médico e aluno laureado da Escola Superior Colonial

por seu intermédio que se descobriu o conhecimento do novo agente parasitário, — e os *Trypanosomas* foram depois observados nas suas preparações — foi também Portugal a primeira nação colonial que deu o exemplo, ainda hoje não imitado por outras nações mais populosas e mais poderosas, de se conseguir extinguir a doença do sono — na Ilha do Príncipe e felizmente em nossos dias os Governos coloniais têm sabido secundar o brilhante esforço da protecção ao indígena e do saneamento das nossas colónias. Devo destacar aqui o gigantesco esforço da Direcção Geral de Saúde e Hygiene de Angola e da Assistência Médica ao Indígena e da luta contra a doença do sono.

Com receio de cometer alguma injustiça, não

procurarei citar todos os seus nomes, abrindo apenas excepção com o de um morto illustre, o Conselheiro Dr. António Duarte Ramada Curto, que deixou a sua grande obra ligada ao Ministério do Ultramar, de que foi Director Geral, e à fundação da Escola de Medicina Tropical e do Hospital de Luanda, e que me antecedeu na regência da cadeira de Hygiene na Escola Superior Colonial.

Este esforço de Portugal no combate às doenças infecciosas e parasitárias nas nossas colónias honra-nos sobremaneira e não tem sido mesmo felizmente excedido pelas outras primeiras potências coloniais, como provamos no nosso trabalho. *A assistência médica aos indígenas nas colónias portuguesas.*

Embora esta afirmação não corresponda inteiramente à verdade, o que é certo é que ela é exacta em grande parte.

Se é verdade que os funcionários portugueses têm uma escola superior onde adquirem a sua especialização técnica que os equipara aos dos outros países que marcham na vanguarda da civilização — a Escola Superior Colonial fundada pelo eminente Prof. Conselheiro Moreira Júnior, onde professam os maiores cientistas coloniais portugueses e que, a par dos seus conhecimentos, insuflam aos alunos o amor das colónias, o *élan* que faz d'elles apóstolos da grande obra que devem realizar como futuros esteios do Império —; se temos os Colégios de Missões, viveiros admiráveis de almas inflamadas pelo amor de Deus e da Pátria; se temos a Escola de Medicina Tropical, as diferentes cadeiras de aplicação colonial nas Faculdades de Direito, Instituto de S. E. e Finanças e Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária, para preparação respectiva dos médicos, advogados, diplomados em ciências económicas e financeiras, agrónomos e veterinários, infelizmente, também é verdade que Portugal se tem esquecido da educação e preparação dos colonos, sem as quais a missão daqueles pouco produtiva é.

A grande nação colonial, a Inglaterra, embora tenha espalhados por todos os seus domínios representantes de todas as famílias que farão, no regresso à Metrópole a propagação de ensinamentos coloniais aos seus parentes, possui o King's College, o Owens College, a China Association e muitas outras escolas deste género, em várias cidades, destinadas não só a educar tecnicamente os futuros colonos, mas a ensinar aos comerciantes os idiomas das diferentes regiões em que a sua acção se vá exercer.

O mesmo faz a França, criando cursos de línguas coloniais para comerciantes e industriais, uns subsidiados pelo Estado e a maior parte pelas Câmaras de Comércio de várias cidades, onde possuem também escolas comerciais para o mesmo fim.

A Escola Municipal de Amsterdam, a Escola Agrícola de Wageningen e as Academias de Utrecht e Groningne, onde se ensinam as línguas turca e malaia, dão aos industriais e comerciantes holandeses bagagem de ciência colonial para mais facilmente desempenharem as suas profissões.

Na Alemanha, em Berlim, Jena, Breslau, Colónia e, especialmente, na Alta Escola Comercial de Leipzig, os colonos alemães podem receber os ensinamentos coloniais apropriados às suas necessidades.

Também a Bélgica, que o rei Leopoldo II fez nação colonial em 1908, mesmo contra a vontade da maior parte da nação, dentro em pouco, não só fundou escolas para preparação dos seus funcionários, sendo a maior a Universidade Colonial, mas também se lembrou da educação dos seus colonos, criando, na Universidade Católica de Louvânia e na de Bruxelas, secções coloniais a fim de preparar os chefes e dirigentes consulares, industriais e comerciais e, em Liege, Gand e Anvers, nas Escolas de Engenharia, no Instituto Comercial dos industriais de Hainaut, etc., fundou cursos de línguas indígenas, africanas e orientais.

Em Portugal nada, absolutamente nada se tem feito a respeito da educação dos colonos.

Os nossos emigrantes, agricultores, comerciantes e industriais vão às cegas, ao Deus dará, para as nossas colónias.

Semelhantemente ao que se faz lá fora, nós podemos e temos de criar cursos especiais, quer sob o patrocínio do Estado quer sob o das associações comerciais, agrícolas e industriais.

Assim, enquanto se não fizer uma nova reforma da Escola Superior Colonial, poderia ser criado anualmente um curso de férias na referida Escola.

Esses cursos, regidos por professores ou por alunos dos mais distintos, constariam de ensino rudimentar de línguas indígenas, etnografia e política indígena, elementos de geografia económica e de produções coloniais e ainda de ensinamentos práticos de pequena enfermagem e higiene tropical e que seriam destinados especialmente a chefes e agentes comerciais, industriais e agrícolas que se dirigissem às colónias.

Estes cursos poderiam ser subsidiados pelo Estado, mas, principalmente pagos pelas Câmaras de Comércio e associações comerciais, industriais e agrícolas e ainda pelos alunos que os frequentassem.

Tôdas as escolas de comércio, indústria ou agricultura portuguesas deveriam incluir nos seus programas ensinamentos elementares das cadeiras acima mencionadas, a fim de que os guarda-livros, os regentes industriais e agrícolas adquirissem conhecimentos que os auxiliassem a vencer mais facilmente nas colónias, concorrendo activamente para o seu mais célere desenvolvimento e progresso.

Seria muito interessante que a Sociedade de Geografia criasse cursos de línguas indígenas, africanas e orientais, não só para serem ensinados os idiomas referidos, mas também para provarmos aos estrangeiros que fomos dos primeiros que estudamos as línguas caíres (desde 1624) e que, contrariamente ao que afirma Robert Cust, ainda hoje continuamos a estudar com interesse as línguas dos povos incultos.

Também a iniciativa particular teria grande interesse em criar nos seus colégios ou institutos secções coloniais, destinadas aos futuros guarda-livros, sabida como é que é grande a dificuldade de colocar em casas comerciais da metrópole os diplomados com cursos de comércio, e que só nas colónias encontrarão lugar certo e bem remunerado.

Alguém oporá as presentes dificuldades de colocação nas colónias provenientes da crise mundial, mas estas desaparecerão em breve e os mais bem preparados serão os que mais facilmente triunfarão.

Infelizmente, apesar de sermos colonizadores há cerca de 500 anos, ainda não conseguimos formar o ambiente colonial, o espírito colonial, expressão que muitos já tratam de lugar comum e que a Bélgica obteve em 40 anos de acção colonizadora!...

Se há tanta gente ilustre em Portugal e até em Lisboa que desconhecem a existência da Escola Superior Colonial!!!...

Porisso a dar aqueles cursos precisamos de iniciar uma propaganda colonial que chegue dum extremo ao outro de Portugal, que continue as instituições das feiras de amostras de Luanda e de Lourenço Marques, e conferências comerciais, que são a maior obra de propaganda colonial portuguesa do século XX, afim de descobrirmos novamente as colónias...

Em conferências, com cartazes bem sugestivos e inteligentemente concebidos, espalhados por todas as escolas de qualquer grau de Portugal, nos colégios e institutos particulares e do Estado, nas estações dos caminhos de ferro, nos portos, por tôda a parte, cha-

Utilidade do "Curso Superior Colonial"

Do Sr. tenente-coronel *J. Garcez de Lencastre*, digníssimo Agente Geral das Colónias e distinto aluno da Escola Superior Colonial, recebemos, com o pedido de publicação, uma interessante carta de *D. Amélia de Pereira Santos*, aluna da Escola Superior Colonial e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dizendo as razões que a levaram à inscrição, no ano lectivo findo, no «Curso Superior Colonial»:

Ex.^{mo} SENHOR TENENTE-CORONEL
GARCEZ DE LENCASTRE:

SENTINDO a necessidade imperiosa de dar cumprimento a uma das minhas obrigações, dirijo-me a V. Ex.^a, expondo em uma síntese as razões que me levaram à inscrição na Escola Superior Colonial.

Este assunto, não sendo transcendente, sorriria e serviria a qualquer literato, para tema dos seus artigos literários ou filosóficos, sendo por mim pobremente tratado, não encerrando em si materiais suficientes e imprescindíveis ao materialismo inato que é palpável e visível em qualquer acto mais ou menos marcante da minha vida no meio ambiente, enfermando, portanto, de uma técnica própria de idealismo e romantismo.

Essa síntese de traços largos e superficiais saciará, espero, a curiosidade aguda de alguns indivíduos que muito e muito se surpreenderam com a minha resolução determinante.

Sistemáticamente, as minhas resoluções são totalmente baseadas em fundamentos — para mim — de profundidade, de difícil destruição, oferecendo-me argumentos de defesa que excepcionalmente são vencidos.

Sendo eu, uma defensora constante dos direitos da Mulher, não posso concordar com a separação dos sexos em qualquer campo da actividade humana, não deixando de distinguir e proclamar a personalidade característica e inconfundível de cada género, tomando um lugar de opposição para com os próprios sistemas tradicionalistas que criaram a noção de inferioridade feminina. Processos que, somente, contribuíram para a desassimilação do es-

fôrço humano prejudicando a marcha do progresso social.

Cabendo à Mulher a responsabilidade da educação — geração embrionária e futura factor modificante — ela para desempenho necessário, seguro e satisfatório, deverá ter amplos e vastos conhecimentos para compreender o duplo alcance da sua finalidade. Para

isso será necessário saber educar e instruir.

¿ Como poderá a Mulher adquirir esse saber?

Procurar localizar conhecimentos na orientação indicada nos estabelecimentos de ensino, nas suas variantes especialidades. Esses conhecimentos aliados àqueles colhidos na vida prática prepararão a Mulher para trabalhar e colaborar com o Homem na tendência evolutiva de perfeição.

Portugal que grande e majestosamente caminhará na vanguarda de todas as nações, não deixará de reconhecer o auxílio prestado pela Mulher Portuguesa e a necessidade imposta pela sociedade de não legar ao Homem o monopólio de facilitação de aquisição de conhecimentos intelectuais, documentais e de interesses materiais.

A grandesa de Ele não reside em imagens meramente artificiosas consideradas como um conjunto estático, mas, no poder dinâmico de reconstituição, cujos elementos são: Homem e Mulher.

O Homem, na generalidade, deprime-se atribuindo à Mulher responsabilidades, esquecendo que ele também contribui para o desequilíbrio manifesto e latente dessas responsabilidades, impedindo o desenvolvimento feminino, dificultando ainda o apoio moral e material do Homem trabalhador e inteligente que desassombreada e publicamente tem oferecido. Elas esperam a continuidade desse auxílio que tão útil se afigura e favorece.

Almejando o meu convívio directo com o Ultramar, entendi que a Escola Superior Colonial, era o estabelecimento de especialização mais indicado para garantia oficial de preferência em um futuro concurso e sem hesitação, dirigi-me a esse estabelecimento onde fizera a minha inscrição.

Não encontrando obstáculo à minha entrada em um estabelecimento de ensino e necessitando do diploma fornecido por esse estabelecimento, não poderia evitar de passar pelos bancos escolares, fazendo aí o tirocinio indispensável.

O inexplicável, resume-se a um facto simples e cabal: evitar uma nomeação ulterior aos limites da Lei.

Continuando em síntese, devo também expôr o meu juízo concernente à Escola Superior Colonial.

Na realidade a minha concepção dessa Escola

marão a atenção do país para as escolas de especialização colonial, e em breve será criado o espírito colonial moderno, que conduzirá naturalmente a educação e preparação técnica dos colonos.

Desta maneira veríamos com a maior facilidade canalizada, totalmente ou quasi a emigração do nosso povo para as nossas colónias, civilizando-as, retirando delas grande riqueza, que concorreria para o bem-estar de Portugal e do mundo, levantando portanto o nosso país no conceito internacional e fazendo-o assim retomar o seu antigo lugar de prestígio e poderio.

Com as escolas referidas, com a reforma da E. S. Colonial, com a obrigatoriedade de conhecimentos das línguas indígenas para os médicos e magistrados coloniais e, se além dos conhecimentos adquiridos, dermos a cada colono um livrete com os mandamentos dos colonos — enunciados, fáceis, sugestivos e convincentes acerca de higiene prática, cuidados sanitários, indicações climáticas coloniais, etc., teremos realizado uma obra colonial moderna, perfeita, teremos marcado a nossa posição como nação colonial afastando para longe desejos cubicosos de certas nações estrangeiras menos honestas e escrupulosas.

tem sido edificada em bases, fornecidas pela observação e análise directa em toda a sua integridade e coordenada pelo raciocínio livre de subjugação.

Tive surpresas dignas de registo, relacionadas com as «Cadeiras» professadas nessa Escola.

A «Cadeira de Colonização» é indubitavelmente imperiosa, quer pelo conteúdo quer pela forma.

O livro de «Ciência de Colonização» da autoria do Catedrático Sr. Lourenço Cayola, oferece uma leitura amena e agradável, contribuindo para prender a minha atenção, a uma Ciência — na opinião alheia — que eu desconhecia, quasi, totalmente os benefícios prestados.

A «Cadeira de Geografia», ministrada com uma orientação inteligente, não oferecerá novidade, talvez pela mera razão de a conhecer de perto, o que se não dá com a 2.^a parte desta cadeira — Topografia — proficientemente ministrada e de uma grande utilidade.

A «Cadeira de Etnografia e Etnologia Colonial» a-pesar-de ser conhecida por mim, em linhas gerais, todo o seu conjunto não evitou que caísse em um abismo de admiração pela vastidão de matéria produzida da orientação fornecida gratuitamente pelo professor.

Mas, também, se apresenta vantajosa. Além das muitas finalidades, poderei utilizá-la no preenchimento do tempo de ocioso, em futuras eras.

A «Cadeira de Kimbundo» contribuiu para o

aumento da consideração que sempre alimentara pela raça negra. Considero o preto como um ente inferior, mas não desprezível, mesquinho ou objecto, devendo ser tratado com consideração digna de entes superiores. O preto essencialmente infeliz pela sua condição, não pode ser responsável pelo atraso da sua evolução.

A defesa que sempre alimentara pela raça negra, não é filha de uma defesa pessoal — não há vestígios de elemento negro na minha ascendência — mas, da noção ampla da liberdade.

A língua Kimbundo, ensinada pelo Catedrático Cónego Ex.^{mo} Sr. Delgado, apresenta cambiantes.

A forma natural e atractiva que sua Ex.^a emprega no ensino, consegue que os alunos aproveitem na totalidade os seus sábios conhecimentos, encerrando essa língua a harmonia de sons que eu jámais preconcebera.

O Cónego Sr. Delgado nobilitaria uma raça, que considera pela sua inferioridade e pela sua psicologia colectiva, organizando a Gramática de Kimbundo, apresentando-a em breve à luz da publicação.

Com as minhas veementes desculpas, vão os desejos de V. Ex.^a dar o destino que melhor aprouver à minha tardia exposição.

De V. Ex.^a

Amélia de Pereira Santos.

A Instrução pública

EM CABO VERDE ^(a)

Cabo Verde e a instrução

QUANDO os Estados Unidos da América do Norte quiseram impedir a avalanche de emigrantes que todos os anos desembarcava nos seus portos, começaram por proibir a entrada nos países da União àqueles indivíduos que não soubessem ler nem escrever.

Constatou-se então este facto curioso: a percentagem dos caboverdianos — que para esse país emigravam em grande escala — recusados por não saberem ler nem escrever, era relativamente menor do que a dos naturais de muitos países europeus.

Já em 1841, num livro interessante sobre C. Verde (1) dizia o escritor Chilmichí que era raro encontrar nelas quem não soubesse ler e escrever. Esta afirmação é porventura audaciosa, tanto mais que a primeira tentativa para a criação de escolas primárias "para o ensino do povo," data de 1743. No entanto dá-nos, até certa medida, uma ideia do estado geral da população no ponto de vista do seu desenvolvimento intelectual.

O problema da educação moral e intelectual do povo caboverdiano mereceu uma atenção particular do governo português desde os primórdios da descoberta daquelas ilhas, que serviam de ponto de escala aos nossos navegadores, que em caravelas e galões demandavam a Índia e o Brasil.

Em 1466 seguiram para lá os primeiros missionários, e de

(a) Este trabalho foi apresentado ao «Congrès Intercolonial de L'Enseignement les Colonies et Pays d'outre-mer» de 25-27 de Setembro de 1931 realizado durante a Exposição Internacional Colonial de Paris. Está publicado em francês nos «Rapports et Compte-Rendu» do Congresso. — Livraria Henri Didier — Paris, 1932.

(1) Corografia Caboverdiana, pág. 196, vol. II — 1841.

Pelo DR. JÚLIO M. MONTEIRO JÚNIOR

Aluno laureado da Escola Superior Colonial

então para cá, e mais ou menos com flutuações, mas com uma persistência que denota uma política fortemente recomendada pelo Governo Português — uma série de diplomas, alguns dos quais de alto valor, têm vindo aperfeiçoando a divulgação do ensino em Cabo Verde, graças ao qual o povo caboverdiano, a que me orgulho de pertencer, é hoje sem dúvida "a melhor manifestação da capacidade colonizadora de Portugal," (1) e Cabo Verde a terra onde, precisamente como no Brasil — a grande nação filha de Portugal — "a mentalidade fez desaparecer na alma e nas manifestações do espírito, as diferenças ráticas," (2).

II

Organização do ensino na Colónia de Cabo Verde

Até 1930 o ensino na Colónia de Cabo Verde esteve organizado da forma seguinte:

a) Ensino primário — Com os seus diversos graus, ministrado

(1) Osório de Oliveira — Conferência realizada em 1928 na Associação dos Lojistas de Lisboa e publicada na revista «Seara Nova».

(2) Osório de Oliveira — «Jornal da Europa», número dedicado a Cabo Verde.

em 155 escolas espalhadas pelas nove ilhas habitadas do arquipélago;

b) **Ensino secundário**—ministrado em S. Vicente no "Liceu Central Infante D. Henrique," e em S. Nicolau no "Instituto Caboverdiano de Instrução,";

c) **Ensino profissional**—ministrado nas escolas: de arte marítima, industrial, agrícola, profissional e de enfermagem;

d) **Ensino nas missões**—onde há mestres de ofícios.

No decurso deste trabalho procuraremos mostrar a evolução de cada um dos diversos ramos de ensino através dos séculos, até à sua organização actual.

III

O ensino primário

A-pesar-de já em 1466 se ter iniciado a obra de educação e instrução do povo caboverdiano com o envio de missionários para Cabo Verde, só em 1775 se pensou em tornar extensivo ao povo aqueles ensinamentos que até ali eram o apanágio dos que se destinavam a clérigos.

Foi a primeira tentativa de criação do ensino primário que só em 1816 se realizou pela abertura, na Praia, de uma escola de primeiras letras.

O governador de então — Saldanha Lobo, instou para a nomeação de um mestre de leitura, escrita e latim para o ensino do povo, propondo ao mesmo tempo a criação de um recolhimento para se educarem as crianças — possivelmente *crioulas* resultantes da fusão de raças que desde cedo se verificou, dando lugar ao actual fundo étnico caboverdiano.

Foram tão reiterados os pedidos do governador que em 9 de Setembro do mesmo ano o Conselho Ultramarino mandou que se abrissem escolas públicas, as quais seriam regidas por professores idos da metrópole.

As lutas e conflitos em que permanentemente se vivia no arquipélago naqueles tempos em que as funções de cada órgão do Estado não estavam bem destrinçadas e a pobreza do erário caboverdiano, que era grande, não permitiram que tais escolas funcionassem. Em 1838 quando ministro do Ultramar o grande Sá da Bandeira, que dispensou bons cuidados ao serviço da instrução—oficiou ao Cardial que recomendasse aos párocos do ultramar que se dedicassem a ministrar instrução primária aos mancebos da sua paróquia. Por outro lado, o ministro enviou ao governador livros e objectos de ensino para serem distribuídos pelas escolas de primeiras letras. Tal distribuição não se fez, segundo o testemunho de Chilimichí, perdendo-se os objectos.

O governador Paula Bastos também cuidou do desenvolvimento da instrução pública advogando nos seus relatórios a necessidade de criação de escolas primárias.

Em 1844 foi o caboverdiano José de Sousa Monteiro, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, encarregado pelo governador de fazer um projecto de reforma da instrução, projecto que foi apresentado em 12 de Setembro.

De 1834 a 1843 criaram-se algumas escolas primárias, mas como a falta de unidade geográfica impedia que todos os caboverdianos beneficiassem igualmente do ensino, porquanto não existiam ainda escolas em todas as ilhas, o bispo Henriques Moniz pediu no seu relatório de 1845 que fossem criadas escolas em todas as ilhas.

Neste mesmo ano pelo decreto de 14 de Agosto, que criou o Conselho Inspector da Instrução Pública, foi organizado o ensino primário nas Colónias, ordenando o mesmo decreto a criação de escolas primárias suficientes em cada colónia para a instrução dos seus habitantes e de uma Escola Principal de Instrução Primária. Esta escola, pelas instruções dadas pela Rainha, destinava-se a ensinar as regras dos diversos métodos de ensino aos indivíduos que quizessem habilitar-se convenientemente para o magistério. Era portanto uma escola destinada a formar professores.

Em Cabo Verde a escola principal foi criada na Brava em 1847, entregando-se a sua regência ao tenente Dantas Pereira, que era um ótimo professor, tendo no entanto sido extinta em 1855 pois que sendo sustentada pelo imposto chamado *subsídio literário*, pago pelas ilhas onde se produzia a aguardente, não fazia sentido que dela beneficiasse só a Brava, justamente a que tal subsídio não pagava.

O governador Arrobas também auxiliou muito a instrução primária aumentando consideravelmente o número de escolas e criando-as para o sexo feminino na Praia e na Boa-Vista.

Mas a verdadeira organização do ensino primário data de 1917, do tempo do Governador Comandante Fontoura da Costa. Este ilustre professor da Escola Naval foi um dos mais inteligentes governadores de Cabo Verde. O seu plano de instrução, fundado em bases modernas é o que ainda hoje vigora, com algumas modificações.

O ensino primário foi dividido em 3 graus: o *elementar*, o

complementar e o *superior*, fiscalizados por duas inspecções, na Praia e em S. Vicente.

O número de escolas para o ensino primário elementar e complementar não foi limitado. Para o primário superior criaram-se 2 escolas em S. Nicolau e Praia, mais tarde extintas por motivos financeiros. Actualmente em todas as ilhas habitadas existem escolas primárias e *postos de ensino* em número de 155, repar-tidas por 9 ilhas.

IV

Ensino secundário

É curioso constatar no decurso do estudo sobre o ensino em Cabo Verde que foi o ensino secundário que mais cedo do que qualquer outro mereceu a atenção dos poderes públicos.

É evidente que, quando nos referimos ao ensino secundário em épocas tão remotas não queremos dizer o ensino tal qual é ministrado actualmente nos liceus ou em qualquer outros institutos de educação secundária, mas tão somente ao ensino de matérias, tais como filosofia, ética, teologia, etc., cujo estudo presunha já o perfeito conhecimento das primeiras letras e que de resto estão ainda hoje fora do âmbito do ensino primário.

Efectivamente, criado em 1532 o bispado de Cabo Verde — que naquelas ilhas desenvolveu um alto papel civilizador — graças ao esforço de D. João III, logo em 12 de Março de 1555 vemos este monarca dotar o bispado com duas cadeiras de *moral* e *gramática latina*.

Alguns anos mais tarde, já no reinado de D. Sebastião, em 12 de Janeiro de 1570 Fr. Francisco da Cruz conseguiu a criação de um seminário, com a dotação de duzentos mil reis anuais.

O seminário não chegou a funcionar; no entanto estava lançada uma ideia que havia de persistir através dos séculos até à sua efectivação real, graças à insistência de quasi todos os bispos de Cabo Verde.

Com a subida ao trono de Filipe I o qual se reconheceu na "posse pacífica dos ditos reinos e senhorios e assim das ilhas de Cabo Verde e de todos os lugares delas," o bispo carmelita Fr. Pedro Brandão conseguiu a cóngrua de 40.000 para um *leitor de casos de moral* e foi certamente por insistência do mesmo prelado que em carta de 6 de Maio de 1596 o monarca recomendou aos governadores do reino que tratassem de obter religiosos que quizessem ir fundar em Cabo Verde um colégio para o qual a Fazenda destinara já duzentos mil reis anuais.

O colégio não foi construído a-pesar-de tudo, porque em 1607, já no reinado de Filipe II, reconhecida a necessidade de religiosos vemos o monarca passar nova ordem ao Conselho da Fazenda para se fazer um colégio para a educação de religiosos, e em 1624 Filipe III ordenar que sem demora se desse execução ao colégio.

A-pesar-de se não ter construído o seminário, por resolução régia de 17 de Outubro de 1721 e provisão de 21 do mesmo mês e ano, foram criadas na cidade da Ribeira Grande mais duas cadeiras de gramática latina e teologia moral. O ensino que nelas se ministrava era, como muito bem nota o ilustre caboverdiano Professor Dr. Adriano Duarte Silva (1), restrito aos que se destinavam a clérigos. Elas duraram no entanto bastante tempo e com muita frequência, pois que em 1831, ano em que houve naquele arquipélago uma terrível fome, o número de alunos era de 30.

Em 6 de Março de 1803 foram criadas oficialmente em S. Nicolau, a exemplo do que se fizera já na Ribeira Grande uma cadeira de teologia moral e outra de gramática latina.

Estas cadeiras que já tinham sido criadas pelo bispo F. Silvestre duraram pouco tempo tendo sido suprimidas pela portaria régia de 1841, voltando novamente a funcionar em 28 de Outubro de 1847.

A ideia do seminário no bispado volta novamente a preocupar os prelados. Assim, em 1811, num relatório ao Príncipe Regente D. João, o bispo D. António, de quem ele era amigo, pedia que se fundasse um seminário "tão útil a esses povos." De mistura com o pedido de aumento da sua cóngrua pedia mais a S. A. Real que se criasse uma aula de filosofia, na qual se ensinasse lógica, metafísica e ética.

Mais tarde, em 1825, o bispo pediu que lhe fosse entregue o antigo Convento dos franciscanos, para nele instalar um Seminário, pedido igualmente formulado pelo próprio Governador. Parece contudo não ter sido satisfeito porque em 1824 o bispo Fr. Jerónimo pedia licença para a Metrópole, para à sua custa, construir um seminário.

(1) «Boletim da Agência Geral das Colónias»—Número especial dedicado a Cabo Verde.

Obtida a licença por informação favorável da Mesa da Consórcio e Ordens, iniciaram-se as obras em 1825 mas pouco avanço tiveram pois tendo o prelado regressado para a Metrópole como deputado, não teve continuadores.

Em 1838 reconheceu-se a necessidade de reorganizar o ensino secundário, o mesmo acontecendo em 1845 em que no seu relatório dizia o bispo Henriques Moniz estar o ensino decadente.

Efectivamente as fomes de 1831 a 1833 tinham feito desaparecer professores e alunos das escolas existentes, desorganizando assim o ensino. Tanto nesse último relatório como nos que o prelado enviara desde 1839 propunha a criação de um seminário na Brava, onde ao lado das disciplinas eclesiásticas se ensinariam as civis.

Os relatórios produziram certa impressão, tendo o governo ordenado ao bispo, por portaria de 1845 que "informasse sobre a necessidade de se organizar na diocese um seminário, em condições de poder ministrar instrução aos mancebos, naturais da Província.."

A informação do bispo foi dada em 1 de Março de 1846. Nela propunha a criação de um seminário-liceu na Brava, obra que custaria três contos de réis, e no qual se leccionariam as cadeiras de latim, filosofia racional, teologia moral, aritmética aplicada ao comércio, francês e geografia.

Não foi porém a ilha da Brava, recomendada pelo seu clima europeu, que em 1860 foi escolhida para a criação de um seminário, mas a cidade da Praia, capital da Colónia, onde já existiam, como vimos, algumas cadeiras do ensino secundário.

As disciplinas existentes juntaram-se as de teologia, línguas vivas, desenho e rudimentos de náutica formando-se assim um liceu que durou pouco tempo.

Só em Setembro de 1866 se criou na ilha de S. Nicolau um seminário-liceu. A este Instituto, que durou até 1917, deve a colónia de Cabo Verde o mais valioso impulso no campo da instrução. Durante mais de meio século formou uma pleiade de rapazes que pela sua cultura passaram a ocupar os melhores lugares nos quadros da vida pública e social não só de Cabo Verde, mas também da Guiné, onde o elemento africano de maior preponderância, quer na vida pública, quer na vida privada, é constituído por caboverdianos, muitos dos quais formados pelo seminário-liceu de S. Nicolau.

Extinto o velho seminário o ensino secundário ficou a cargo de um Liceu criado na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, pelo governador Fontoura da Costa.

Além do Liceu existiu também na ilha de S. Nicolau, funcionando no edifício do seminário, o "Instituto Caboverdiano de Instrução", fundado pelo governador Dr. Júlio de Abreu, e que foi extinto recentemente.

O Liceu de Cabo Verde, que tem o nome do grande iniciador das descobertas portuguesas, o Infante D. Henrique, foi elevado à categoria de Liceu Central pelo governador Guedes Vaz, que também auxiliou muito a instrução pública naquela Colónia.

O curso é feito em 7 anos, sendo 5 do curso geral e 2 dos cursos complementares de Letras e Ciências. A frequência, constituída por naturais da Colónia, é numerosa. Os diplomas são absolutamente equivalentes aos liceus centrais da Metrópole.

V

Ensino profissional

A ideia do ensino profissional só muito tarde nos aparece expressa na legislação colonial caboverdiana. Este facto não deve causar estranheza porquanto na própria Europa o ensino profissional, de utilidade indiscutível, só muito tarde começou a interessar os Governos.

Foi em 1857 que o governador Arrobas falou pela primeira vez do ensino profissional no seu relatório, mostrando a conveniência de criar escolas de coronheiro, espingardeiro, serralheiro, ferreiro, calafates, etc., com mestres metropolitanos.

Ao mesmo tempo propunha o ilustre governador que se enviassem a Paris para frequentar uma escola agrícola, alguns rapazes que depois serviriam de professores nas diversas ilhas. Mais pedia o governador Arrobas atendendo à natural propensão do caboverdiano para a vida do mar, que se abrissem duas aulas de pilotagem na Praia e na Brava.

Ao mesmo tempo Thomas Miller, subdito inglês, residente em S. Vicente, propunha-se receber nas oficinas anexas ao seu depósito de carvão 20 mancebos como aprendizes de ferreiro e de serralheiro, obrigando-se a sustentá-los e a pagar-lhes salários.

A ideia do estabelecimento do ensino profissional adormeceu, para só acordar com o decreto de 21 de Setembro de 1904, que autorizou a criação de uma escola de agricultura e indústria e outros conhecimentos de utilidade prática, na qual se ensinaria inglês, francês, contabilidade e escrituração.

Porém, a verdadeira criação do ensino profissional data de 1906, decreto de 18 de Janeiro, do Ministro Dr. Moreira Júnior.

Este importante decreto que no seu preâmbulo contém afirmações menos verdadeiras sobre a índole do povo de Cabo Verde teve em vista criar escolas de carácter acentuadamente profissional. Criaram-se então as Escolas de Aprendizagem: escola elementar de navegação, escola de operários de construção, escolas de operários serralheiros, oficinas de sapateiro e alfaiates.

As escolas de aprendizagem foram extintas a quando da notável reorganização do ensino do governador Fontoura, passando a haver uma escola de arte marítima em S. Vicente, uma escola industrial na Praia e duas escolas agrícolas móveis sendo uma para as ilhas do Barlavento e outra para as de Solavento.

Em 1928 o governador Guedes Vaz reabriu uma escola profissional com mestres de carpinteiro e de serralharia. Mais tarde o mesmo governador criou dois institutos de educação profissional, um na Praia, outro em S. Vicente, onde são ministrados cursos teórico-práticos de construção civil e de máquinas e electricidade, conferindo aos cursados o título de "Agente de Construção Civil," ou "Agente mecânico-electricista.."

Além das citadas escolas, que ainda não começaram a funcionar, existiam até meados do ano corrente uma escola profissional de arte marítima, em S. Vicente, cujo professor e director era o Capitão dos Portos, e uma escola de enfermagem no hospital da Praia. Ambas estas escolas foram suprimidas pelo actual governador Capitão Amadeu de Figueiredo, por motivos de economia.

Dada a grande propensão do caboverdiano para a vida do mar a escola de arte marítima, que formou bastantes e bons pilotos da nossa marinha mercante, era de muita utilidade.

Nas missões existem também mestres de ofícios.

VI

Missões

É justo frisar que foram os religiosos os principais obreiros da civilização do povo de Cabo Verde. Era a eles que estava acometido o espiritual, e se é certo que dêle se esqueceram muitas vezes, a verdade é que foram os clérigos e missionários—figuras curiosas de traficantes, desordeiros e ambiciosos, sempre em conflito com o poder temporal do Estado—os primeiros apóstolos da instrução em Cabo Verde.

Do que foi a vida dêles naquela Colónia faz Cristiano Barcelos, caboverdiano ilustre e oficial distinto da marinha de guerra portuguesa, uma curiosa narração no seu precioso livro *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*—a melhor obra que sobre aquelas ilhas se tem escrito.

Logo em 1466, levados pelo fervor religioso, desembarcaram na ilha de S. Tiago, Fr. Rogério (1) "famoso letrado, músico e excelente escrivão", acompanhado de Fr. Jaime. Foram estes dois frades do Convento de S. Bernardo de Atouguia, os primeiros religiosos que se dirigiram para Cabo Verde, mas a primeira missão oficialmente enviada partiu de Lisboa em 1604. Em 1600, reinando Filipe II, o monarca solicitou de Roma uma missão composta de três padres, um irmão e um criado.

A missão foi autorizada, seguindo a 10 de Junho de 1604, chefiada pelo P.^e Baltazar Barreira "homem virtuoso e de muito saber", tão amigo da instrução que começou logo a ensinar gramática às crianças.

Foi graças ao esforço do mais ilustre caboverdiano o Capitão André Álvares de Almada, "filho de mãe parda e neto materno de avó negra, natural do dito Cabo Verde", que para isso vinha trabalhando desde 1586 que para Cabo Verde partiu a primeira missão, brevemente seguida de muitas outras.

Os serviços de André A. de Almada foram tão valiosos que a pesar-da sua ascendência lhe foi dado o hábito de Cristo—nessa época só concedido a homens da envergadura de Vasco da Gama—como estímulo para "que os que bem servem se animem a fazer melhor.."

Além das missões existiram religiosos em Cabo Verde desde que D. João III conseguiu de Clemente VII a criação do bispado de Cabo Verde em 1532.

A acção dos religiosos iniciada em 1466 durou 4 séculos pois só terminou no século passado, tendo produzido muitas coisas belas ao lado de muitas coisas más.

A influência e a necessidade das missões religiosas em Cabo Verde terminou já, e se actualmente ali existem uma missão central e paróquias, criadas pelo decreto 12.485 de 13 de Outubro de 1926, e chefiadas pelo Bispo só se explica pelo facto de Cabo Verde e Guiné constituírem um bispado com sede naquelas ilhas.

(1) Foi mandado matar por Bartolomeu da Noli por ter feito com que este perdesse a amante «com quem vivia em estado de culpa».

Se o papel civilizador das missões as torna impriscindíveis em terras de África, outro tanto já não acontece em Cabo Verde. O grau de civilização do caboverdiano dispensa-o do missionário —tomada a palavra no sentido que tem hoje na moderna política colonial.

O caboverdiano é católico e como tal quer ter o seu bispo e os seus párocos—mas não precisa de *missionários* nem o orçamento da Colónia pode suportar as despesas das missões que, espalhadas pela Guiné, muito mais úteis seriam para a população indígena e para Portugal.

VII

Os estudantes caboverdianos pobres e o govêrno da Metrôpole

Não deixa de ser curioso citar o interesse que o govêrno central mostrou sempre em educar na Metrôpole, à sua custa, estudantes caboverdianos.

É certo que o grande dever de um Estado colonial no campo da instrução pública dos indígenas dos seus domínios não consiste em tomar medidas que aproveitem a este ou àquele mas à comunidade.

No entanto não deixa de ser interessante e proveitoso que o Estado envie para a Metrôpole com o fim de seguir estudos superiores aos que existem nas colónias a alguns nativos cujo talento mais se tem evidenciado.

Pelo que respeita a Cabo Verde constata-se desde 1794 uma orientação neste sentido.

Efectivamente, nesse ano, o govêrno determinou, a pedido do bispo D. Fr. Cristovam, que para beneficio das Ilhas e interesse dos seus habitantes se embarcassem, gratuitamente, nos barcos que transportassem urzela e mais produtos por conta real, rapazes, à escolha do Bispo, os quais estudariam nas aulas do Castelo ou em quaisquer outras da Metrôpole.

Seguiram de facto muitos rapazes. Alguns dêles foram recebidos pelo Intendente Geral da Polícia de Lisboa; outros com menos sorte não foram recebidos por ninguém, e depois de sofrerem os horrores do abandono passaram a servir como marinheiros e criados.

Mais tarde, em 1812, S. A. Real fez seguir para o Rio de Janeiro a pedido do Bispo, dois rapazes de S. Tiago, para aprenderem na côrte a arte de cirurgia à custa da Fazenda Real; logo em 1820 seguiram mais dois com o mesmo fim, enviados pelo Governador Pusich.

Sá da Bandeira ordenou também em 1838 que na Casa Pia de Lisboa fôsse reservados 50 lugares para os filhos do Ultramar.

Dois anos mais tarde, a portaria régia de 1840, revogada no seu art. 81.º que no Orçamento de cada Colónia deverá ser inscrita a verba necessária para custear a vinda à Metrôpole de indivíduos pobres, naturais da Colónia, que pretendam frequentar o curso Superior Colonial.

Recentemente o decreto 12.538 de 25 de Outubro de 1928, que reorganizou a Escola Superior Colonial, estabeleceu no seu art. 81.º que no Orçamento de cada Colónia deverá ser inscrita a verba necessária para custear a vinda à Metrôpole de indivíduos pobres, naturais da Colónia, que pretendam frequentar o curso Superior Colonial.

Nesta escola tem existido sempre nativos das Colónias.

VIII

Conclusão

No orçamento da Colónia de Cabo Verde que é de vinte mil contos, a instrução absorve 10,1 0/0 das receitas, empregando um corpo docente de 278 professores. A percentagem dos analfabetos é menor do que em todas as outras colónias portuguesas, e menor ainda do que na própria Metrôpole.

O povo caboverdiano é hoje, sem dúvida, um dos elementos de maior valia adentro do mosaico de raças que constitui o Império Colonial Português.

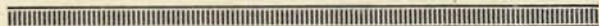
Resultante da fusão dos colonos portugueses com o melhor da raça negroide levada da terra firme (Guiné) o povo de Cabo Verde possui um tipo característico, rico de personalidade, com uma língua própria falada pelos naturais, embora filha directa do português, por todos falado e por todos compreendido, com uma poesia e uma dança cheias de beleza, de riqueza estética e emotiva. É ainda o povo de Cabo Verde aquele que possui mais vivo na sua alma o sentimento português, o amor pelo engrandecimento da Pátria Portuguesa.

Tudo isso porque a instrução irmanou europeus e indígenas, fazendo desaparecer aquela diferenciação de condições políticas,

sociais e económicas que a diversidade de coloração epidérmica geralmente provoca.

Eis pois, como, graças à instrução, Portugal conseguiu resolver na Colónia de Cabo Verde um dos mais importantes problemas coloniais:—o problema das raças.

Em Cabo Verde este problema não existe e não admira que, bem cedo, aquela nossa Colónia, onde eu nasci e tenho vivido, se transforme, como já se tem pensado, em *Ilhas Adjacentes de Cabo Verde*.



Um Banquete de Homenagem Ao Professor da Escola Superior Colonial Sr. Lourenço Cayola

Uma comissão de sócios do Grémio Alentejano presidida pelo sr. José Mendes do Amaral, antigo Ministro da Agricultura, promoveu um «Banquete» na sede do Grémio Alentejano de homenagem ao antigo Parlamentar, Publicista e Professor da Escola Superior Colonial, sr. Lourenço Cayola, seu compatriota ilustre e que vem prestando àquela agremiação valiosos serviços.

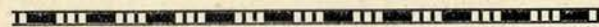
A esta homenagem associaram-se os sócios daquele Grémio assim como muitos amigos e admiradores do homenageado.



Feiras das Amostras Coloniais

Enviada pela direcção das Feiras de Amostras Coloniais recebemos uma interessante monografia de propaganda e divulgação das indústrias da metrôpole, destinada a distribuição gratuita nas Feiras de Luanda e Lourenço Marques. Muito obrigado.

Sabemos que também serão exibidos *films* de propaganda nas mesmas Feiras, o que mostra a boa organização que presidiu no cometimento numa hora feliz confiada pelo sr. Ministro das Colónias ao nosso Director sr. tenente Henrique Galvão.



Colónia de Angola



Luíña Hotel — No qual foi levada a efeito a recepção ao Sr. Ministro das Colónias — Dr. Armindo Monteiro

GRANDE tem sido a celeuma que se tem levantado a propósito da publicação do decreto n.º 20:664 de 23 de Dezembro de 1931.

De tudo quanto se tem dito e ao nosso conhecimento tem chegado, um ponto há que não podemos, nem devemos, deixar passar em silêncio,

pois êle envolve um juízo errado sobre os diplomados pela Escola Superior Colonial, querendo atribuir-se-lhes a intenção de pretenderem prejudicar no seu acesso aqueles indivíduos que já pertencem ao quadro dos funcionários administrativos das Colónias.

Não temos procuração dos diplomados pela E. S. C. para vir hoje defendê-los de qualquer acusação que lhes façam; mas, como já tivemos de abordar este mesmo assunto na Sessão Solene realizada, sob a presidência de S. Ex.^a o Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, na Sociedade de Geografia no dia 20 de Fevereiro do corrente ano, transcrevendo as palavras que, a tal respeito, então preferimos e que mereceram uma unânime concordância, estamos certos de proceder conforme o sentir de todos, contribuindo assim para, pondo os factos nos seus devidos termos, provocar união onde até agora, parece, só desunião se tem tentado estabelecer.

Dissemos então o seguinte: «Nunca quem passou ou está frequentando a Escola Superior Colonial pretendeu prejudicar os direitos de ninguém, e que assim é bem o prova a exposição há pouco entregue a V. Ex.^a»—refere-se ao Ex.^{mo} Ministro—pelos corpos directivos da nossa Associação na qual, defendendo-se os nossos direitos, *se salvaguardam os daqueles que pertencendo já ao quadro administrativo das nossas colónias para êle tenham entrado pela porta e não saltado pela janela.*

Faz-se muito barulho com uma coisa que, cremos, não será de difícil solução. ¿Existem funcionários num quadro, entrados em certas condições legais, que pretendem acesso a lugares aos quais podem ser admitidos—nos termos da lei—indivíduos com preparação técnica própria para o desempenho das funções inerentes a êsses cargos, preparação que aqueles não têm? Não nos parece que seja caso único no funcionalismo português, e êle tem tido solução, mesmo mantendo-se de pé e em ordem a biblioteca da Universidade de Coimbra!

Neste, de que estamos tratando, a solução ainda mais fácil se apresenta, pois não será exagêro o prever-se que, num futuro não muito afastado, todo o quadro dêsse funcionalismo será constituído por funcionários vindos todos da mesma origem, como nos indica o aumento de frequência que tem tido a Escola Superior Colonial, e de que é testemunho o corrente ano lectivo, cuja frequência foi de: oito alunos no 4.º ano; dezanove no 3.º; vinte e quatro no 2.º; e, cinquenta e dois no 1.º.

Os actuais funcionários administrativos coloniais perante as pretensões dos diplomados pela E. S. C.

Por SIMÕES DA MOTTA

Official do Exército e diplomado pela E. S. C.

¿ Adoptar-se há a solução de destinar um certo número de vagas — $\frac{2}{3}$ por exemplo— para serem preenchidas por diplomados pela Escola Superior Colonial, e as restantes — $\frac{1}{3}$ — para os funcionários já em exercício e com direitos adquiridos? ¿será outra a solução que se adopta? Não o sabemos.

Está o caso em muito boas mãos como são as do Sr. Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, e das quais nós estamos certos só justiça sairá; e que pedimos é que *êle seja solucionado com a possível brevidade para assim se evitarem discussões como as que já tem havido e que só animosidades criam.*

Repetimos: nós não queremos ferir os direitos de quem os tenha «legalmente» adquirido, e até nos será muito honroso irmos trabalhar nas colónias dentro de uma classe onde se encontram alguns funcionários que valiosos serviços têm prestado à Pátria; mas, o que também não queremos é ver os nossos direitos postergados como o têm sido, *indo-se nomear*, para os vários graus do quadro administrativo das colónias, *indivíduos não pertencentes ao mesmo quadro, em nosso detrimento.*

Por esta longa transcrição se vê qual a maneira de pensar dos alunos e diplomados pela E. S. C., maneira esta de pensar que os levou a, em Janeiro—data da exposição entregue a S. Ex.^a o Ministro—e Fevereiro, pedirem aquilo que, segundo os jornais, só agora os funcionários administrativos vão pedir.

Assim, pois, bom seria que acabasse de vez a má vontade que parece existir contra os diplomados pela E. S. C. e que os funcionários administrativos dos quadros coloniais actualmente em exercício fôsem os primeiros a virem engrossar as fileiras daqueles que pugnam para que a matéria confida no decreto 20:664 seja devidamente regulamentada e se torne efectiva. Com isso decerto em nada são prejudicados, e, estamos convencidos de que lhes será muito mais agradável verem entrar para o quadro a que pertencem indivíduos com uma preparação profissional de harmonia com o Curso Superior que frequentaram, de preferência a criaturas que nem um curso elementar possuem.

Para se ver o quanto este ponto—a preparação do funcionalismo—hoje tem de importância, permitimo-nos transcrever as conclusões de uma tese sobre «A formação profissional dos funcionários administrativos» apresentada pelo sr. dr. Melo Leote no último Congresso dos funcionários administrativos realizado há pouco no Pôrto. Conclui aquele Senhor: 1.º Urge organizar o ensino para a formação e aperfeiçoamento do funcionalismo administrativo; 2.º Para aquela formação devem ser criados cursos secundários administrativos junto do futuro Instituto dos Funcionários Administrativos e dos Institutos Comercial de Lisboa e Industrial e Comercial do Pôrto; 3.º Para o aperfeiçoamento devem ser criados cursos admi-

Crónica

da

Redacção

HÁ factos que, pela sua repercussão na vida económica e social de um País, merecem um relêvo inusitado, uma exaltação que não cansa.

A viagem de Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias às nossas Províncias do Ultramar e a realização das Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques coincidindo com aquela viagem, revestiram-se de um significado tal, que já não é possível duvidar-se da sua utilidade; da sua necessidade.

Assim o compreenderam os portugueses de Além-Mar.

Chegam-nos as notícias dos triunfos alcançados pela ideia que originou aqueles factos.

A passagem de Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias, pelas terras que tem visitado—e aonde foi levar, além da sua simpatia pessoal, o brilho da sua palavra, apostolando uma Unidade de Raça necessária e a sua mentalidade de economista prestigioso,

COLÓNIA DE ANGOLA



O Sr. Ministro das Colónias — Dr. Armino Monteiro — na sede da Circunscrição Civil do Ambrizete

nistrativos de aperfeiçoamento junto daquelas escolas ou das Faculdades de Direito; e 4.º.....»

Que aqueles a quem nos dirigimos meditem nestas conclusões e apliquem o fruto dessa meditação ao caso dos diplomados pela E. S. C. que tão guerreardos têm sido.

Lisboa, 26/VII/932.

PORTUGAL COLONIAL

COLÓNIA DE ANGOLA



Manifestação ao Sr. Ministro das Colónias na etapa da sua triunfal viagem às colónias na região do Tôto — Congo

visando a solução dos problemas coloniais mais instantes—tem sido assinalada por um acolhimento que demonstra bem a confiança que nele depositam; a certeza de que os destinos das nossas Colónias estão entregues a alguém que pode garantir uma obra eficiente e fecunda.

Por outro lado, o triunfo alcançado pelas Feiras de Amostras, vai correspondendo ao que delas se esperava.

O trabalho da Metrópole, começou enfim a ser compreendido e apreciado nas nossas províncias Ultramarinas.

Os resultados começam de antever-se, como compensação do esforço que a elas tem dedicado o Director Geral das Feiras. Animado por um espírito prático invulgar; servido por uma inteligência clara; êle conseguiu, num diminuto lapso de tempo, dar às Feiras de Amostras, a característica utilitária a que visavam.

Por isso mesmo, os portugueses das colónias, lhe têm manifestado o seu aprêço grato, justo prémio de uma acção consciente ao serviço de uma ideia útil.

E assim, o intercâmbio espiritual e material entre a Metrópole e as Colónias, a que estes factos deram lugar, tornou-se em realidade que não pode passar despercebida.

Só a compreensão desta realidade pode explicar o êxito incontestável, absoluto, que tem coroado a peregrinação ministerial e a realização das Feiras.

Sente-se no acolhimento dispensado pelos portugueses de longes terras, aos seus ilustres visitantes, a necessidade de comprovar, uma vez ainda, a sua fé inquebrantável nos destinos da Pátria-Mãe, simbolizada em um dos seus representantes.

E a Unidade de Raça, vinculada por êste modo, conduz naturalmente a um Pensamento Colonial, base do ressurgimento económico em que há de assentar, estamos certos, o futuro das Nossas Colónias.

P. A.

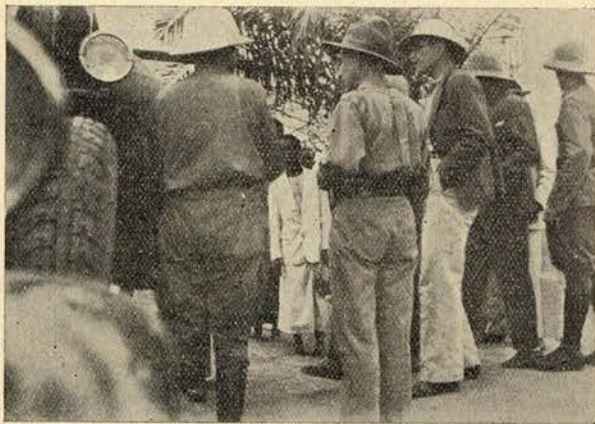
Carta de Angola

A viagem ministerial—A Feira de Amostras e a Conferência comercial de Luanda

A reportagem da visita do sr. dr. Armino Monteiro a Angola e da Feira de Amostras de Luanda está feita. Resta extrair destes acontecimentos, que deixam na esteira da nossa administração colonial um ponto de referência luminoso e definido, o seu significado profundo.

Tudo decorreu, sob o ponto de vista dos interesses superiores da Nação, como era necessário, que

Colónia de Angola



O Sr. Ministro das Colónias—Dr. Armino Monteiro—entrando para o automóvel que o há de conduzir ao distrito do Congo

decorresse. Perante uma idea imperial, generosamente lançada e posta em Acção, todos os elementos integrantes do Império, que na dispersão eram apenas confusos agentes duma política inferior de pessoas e interesses, foram, em Angola, nas ordens moral, política e económica, na maneira como se uniram em volta do Ministro que representava a Idea e na compreensão da própria Idea, forças activas e sãs de formação, de optimismo, de essência e forma imperiais.

O Ministro prestou um grande serviço ao seu país — porventura o maior que um homem lhe tem prestado de há muitos anos a esta parte, se considerarmos o valor dos serviços em relação aos objectivos históricos e políticos da Nação. Angola deu a todo o Império um exemplo de elevação, de generosidade, de patriotismo, de *espírito Imperial*, que é necessário pôr em relêvo e mostrar a todo o Portugal de Aquem e de Além Mar como um padrão, como uma medida e como um guia. Não há exagero nem optimismo. Houve factos que não podem ter outra expressão nem outro significado, tão definido é o seu *facies* moral.

Há na vida da sociedade portuguesa de hoje uma verdade política que outra política corrompia e asfixiava: É que a única grande divisão que existe entre os portugueses não é aquela que divide os homens em manadas de políticos, em partidos, em grupos, em confusos *clans* que ninguém entende. Tudo isso é a mentira, a inferioridade que resulta da falta de chefes, de doutrinas e dum ideal — é superficial e transitório; apenas uma desarrumação.

A única divisão profunda é a que existe entre as mentalidades de duas gerações: Uma que trás em si todas as toxinas do século XIX e tudo reduziu a fórmulas e gestos vagos de comodismo—outra que procura libertar-se, trabalhar, reintegrar-se em velhas virtudes e sãs inquietações duma raça que tem vida e carácter.

A primeira vai desaparecendo. Por impulso dos novos, isto é, da mentalidade nova, por acção do tempo também.

Simplemente a primeira tinha uma organização — a organização do seu comodismo, das suas fórmulas, dos seus logares comuns. A segunda procura ainda um rumo, um centro de coordenação, o ambiente livre e claro em que todos se entendam.

O triunfo do Ministro das Colónias em Angola resultou essencialmente de ter sabido ser o coordenador de todas essas aspirações dispersas e o condutor da sua saúde moral, da sua vontade de servir, do seu desejo nítido de elevação.

E assim vimos, em volta do Ministro das Coló-

Colónia de Angola



Autoridades gentílicas do Ambrizete

nias e dessa generosa idea que êle pôs em acção, sem reservas, sem condições, num movimento expon-tâneo e sincero, agruparem-se homens de todos os

crédos, de todas as côres da política e de todos os grupos que andavam desavindos por via de falsas ideologias.

Porque afinal todos os movimentos das massas resultam da acção dos chefes — sobretudo entre nós, latinos emotivos entre os quais a paixão é fácil e o sentimento pronto.

Perante chefes dispersivos, brandindo pendões de ideologias baratas todos nos dispersamos. Perante a generosidade coordenadora do chefe que, acima de ideologias, ódios e interesses de pessoas, pôs uma idea nacional e lançou o movimento que praticamente a pode realizar—tudo o que de facto nos une triunfou rápida e facilmente sôbre tudo o que lamentavelmente nos dividia.

Este foi o grande exemplo dado por Angola.

População activa, habituada a todos os sacrificios, desempoeirada e criada na acção e na luta contra todas as dificuldades, obreiros dum país nascente, sentimental — e substancialmente ligados à alma da

Colónia de Angola



Uma família indígena do Ambrizete

Nação, não hesitaram entre o plano inferior das ideologias que dividem e o plano superior das ideas que nos pertencem como unidades duma Nação — todos vieram a esse plano superior e nele se encontraram.

Nesta lição tem a própria Metrópole muito que aprender.

Aqueles que ainda pudessem insistir em considerar Angola como uma colónia de rebeldes, indisciplinados, sem sentimento pátrio nem espírito construtivo, ficaram decerto exuberantemente convencidos de que a rebelião, a indisciplina, a falta de patriotismo, os sentimentos negativos, se os houve, só existiram por parte de ruins chefes que o acaso ou a

política lançaram para Angola como agentes duma expiação injusta.

E assim o triunfo do Ministro e o exemplo de Angola tiveram este significado: A massa imperial existe— existe com vida, pronta a agir e a reagir. Há uma idea que é condição e garantia da sua unidade, do seu valor e das suas faculdades. Deem-lhe condutores.

Na ordem económica a revelação não foi menos profunda. Emquanto a Metrópole levava à colónia, a surpresa das suas possibilidades e marcava triunfantemente os seus direitos e faculdades de fornecedora, Angola através da mais rica e pujante representação que tem conseguido juntar, afirmava as suas possibilidades de maneira a surpreender os próprios que nela viviam.

E era impossível, ao percorrer a Feira de Amostras, sob a impressão que dava o contacto das cousas metropolitanas e coloniais, não atingir com clareza e consoladora satisfação, perante as provas exibidas, a paisagem próxima dum Portugal constituído em todo imperial dentro de fronteiras mundiais, bastando-se a si próprio e sobrenadando uma crise para a qual tem todos os remédios dentro de casa.

Em resumo: Os acontecimentos que tiveram o seu termo no encerramento da Feira de Amostras de Luanda e que devem considerar-se por um lado como uma experiência de possibilidades morais e económicas, por outro lado como o ponto de partida duma Política que não pode nem quer ficar por aqui, demonstraram que as forças morais estão prestes e ricas em potencial e que as forças económicas estão dispostas e ansiosas pela arrumação que convem ao seu rendimento útil perante os superiores objectivos do Império.

Não se pronunciaram palavras vãs. Disseram-se apenas aquelas que foram necessárias ao entendimento de todos e que resultaram da própria sucessão dos acontecimentos — expressões duma Acção nova, duma Política nova e dum sangue purificado.

A caminho de Moçambique, no termo desta primeira *étape*, tudo quanto se passou permite já fazer, com optimismo sadio, um voto que corresponde ao exemplo e lição dados por Angola: Que a política dos homens ceda enfim o primeiro lugar à Política do Império!

HENRIQUE GALVÃO.

Dr. Afonso Lopes Vieira

Devido ao insucesso da sua missão em Loanda foi dispensado de ir a Lourenço Marques o escritor dr. Afonso Lopes Vieira que, por esse motivo, regressa à Metrópole.

Caminho de Ferro para o Walvis Bay

Foi publicado na Rodésia o relatório da missão que fez o reconhecimento do projectado caminho de ferro para o Walvis Bay. O custo desta linha está orçado em 2 milhões e meio de libras. As dificuldades maiores são as do fornecimento de água. Esta linha interessa altamente à colónia de Angola, por poder fazer uma concorrência perigosa ao porto do Lobito.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

É fora de dúvida que a civilização progride em todas as suas manifestações materiais ou técnicas, como obra do cérebro humano que nos habituamos a considerar cada vez mais perfeito; mas fugindo do campo da técnica—expressão típica da civilização contemporânea—e examinando a acção do homem de hoje somos levados a constatar que, os seus actos, não são, nem mais subtils nem mais hábeis que os dos seus antepassados.

No campo comercial, por exemplo, devemos ter atingido a perfeição, dada a rapidez quasi diabólica das comunicações; o conhecimento das línguas, a internacionalização das relações comerciais. Isto não nos leva a concluir, porém, que os comerciantes e banqueiros de outras eras tivessem feito piores negócios do que os da actualidade, muito embora não possuíssem a imprensa e a publicidade. Muitas das instituições espectaculares de hoje—por exemplo as Feiras de Amostras—não são mais do que a repetição de antiquíssimos processos—no nosso caso as Feiras periódicas—com a diferença de que, as mercadorias que nesse tempo eram transportadas dos países longínquos, ao que parece, não voltavam à procedência, por vender ou liquidar, a fim de poderem ser compensadas as despesas de organização das feiras e de transporte das mercadorias.

Daqui se conclui que, a despeito de todos os estudos e de todos os enviados especiais, os mercados não são conhecidos na proporção das suas exigências ante a produção actual.

De um modo particular não se conhecem os mercados coloniais e especialmente—o que é para estranhar por absolutamente provado—conhecem-se mais as possibilidades de comércio e capacidade de compra das colónias alheias do que as das colónias próprias, as quais, diga-se em honra da habilidade comercial de uns ou em homenagem a certas correntes tradicionais de tráfico que a ocupação política de uma potência não conseguiu interromper, são em regra, clientes e fornecedores do estrangeiro, e não da Mãe-Pátria.

Era preciso que surgisse o nacionalismo acentuadíssimo do *après-guerre* (não vem para o caso a discussão da lógica e do sincronismo com o movimento produtivo mundial) para impelir cada país a estudar profundamente os seus domínios coloniais, dispondo de todos os meios de acção para transformá-los nos seus melhores clientes e especialmente nos seus principais fornecedores.

Para tornar conhecidos os produtos dos mercados metropolitanos; para levar a uma reciprocidade profíqua, produtores e compradores; à falta de melhor, nada se encontrou além das Feiras de Amostras, a pesar de dispendiosas e de êxito nem sempre seguro, e, com o tempo as Feiras Coloniais levadas a efeito nas respectivas mães-pátrias.

Estas feiras são decerto um ótimo meio para difundir entre as populações metropolitanas, o conhecimento e o interesse pelas colónias, mas não se deve esquecer que as despesas de realização e sobretudo a necessidade política de valorizar a obra levada a efeito pela Mãe-Pátria, fazem com que elas estejam bem longe de dar uma ideia clara e real da vida colonial, nas suas possibilidades e necessidades.

Por outro lado, em um momento como este em que vivemos, de grandes dificuldades económicas agravadas pelos nacionalismos excessivos que se radicaram em todos os países, o único campo em que a luta económica pode ser tentada com esperança de bom êxito é o das colónias, que se estão tornando para a produção industrial das metrópoles a *spes unica* de salvamento.

Esta valorização automática que os acontecimentos originaram dando às colónias, não a característica de um simples título de orgulho mas a de mercado consumidor para a indústria metropo-

litana, tem a sua expressão nas feiras de amostras, organizadas no próprio local, isto é, naquelas mesmas colónias, com as quais se pretende intensificar a corrente de tráfego.

A Itália tem a sua feira periódica de Tripoli e Portugal seguiu-lhe as pisadas com a organização de duas feiras em Angola e Moçambique, respectivamente.

Os produtores metropolitanos, os financeiros, os colonialistas, acompanharão os produtos da Mãe-Pátria e—entre uma ou outra conferência de política colonial—poderão estudar as regiões em toda a sua importância real, e também na sua idealização.

Depois de terem visto quais as matérias primas que a região pode fornecer e quais as manufacturadas que poderá consumir, não será difícil obter do Governo—libertado já do caos económico—as facilidades de transporte e as modificações da política aduaneira que se imponham como necessárias e das quais se não podia ter uma noção exacta, quando os produtores metropolitanos examinavam as colónias através o jornal, o cinematógrafo, ou ainda através aquele empírico espectáculo de cor, representado pelas feiras coloniais nas metrópoles.

Não queremos dizer com isto que o facto de se levar alguns industriais e capitalistas às colónias seja o suficiente para resolver o problema da economia no estrito campo dum ideia imperial, não só porque o mundo é feito para obedecer a um espírito solidário no seu todo e não nas suas partes, como também a produção da Mãe-Pátria e a dos países do

Ultramar não são sempre o complemento uma das outras: o que apenas se pode afirmar é que, neste momento ainda incerto de aberração económica, se impõe—como meio de resistência de defesa—uma mais estreita solidariedade, entre as metrópoles e as colónias e que as feiras de amostras organizadas directamente nos países do Ultramar, constituem o meio mais racional para unificá-la.

O Governo português compreendeu isso muito bem e pôs-se em campo com todo o ardor de reconstrução dum país que, encontrou por fim a sua directriz e sente o dever de favorecer o repovoamento progressivo do seu povo: e o êxito das duas exposições, junto ao que caracterizou a Conferência de Ottawa, deixarão expressos bem claramente quais os limites e por quanto tempo, é possível, estabelecer o intercâmbio da actual organização produtiva, com o todo imperial das regiões longínquas.

A. FASSIO.



Portugal no Estrangeiro

O jornal italiano *L'Azione Coloniale*, de 21 de Julho último, refere-se elogiosamente, transcrevendo com um certo desenvolvimento, trechos da notabilíssima conferência do nosso director "Um critério de povoamento europeu nas colónias portuguesas", publicado no nosso número especial dedicado à Feira de Amostras de Angola.

Igualmente transcreve parte do brilhantíssimo artigo do nosso ilustre colaborador Sr. Brigadeiro João de Almeida, sobre as Feiras de Amostras, que em editorial foi publicado no número especial desta Revista dedicado à Feira de Amostras de Moçambique.

Agradecemos as distinções.

PORTUGAL COLONIAL

COLO N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

DAR ao Ultramar português umas fronteiras económicas que sejam o prolongamento das fronteiras económicas metropolitanas é criar à produção, ao comércio ao tráfego marítimo da Nação um campo tal de actividade que absorverá toda a energia da raça, limitando essas fronteiras o anhelos de engrandecimento dum povo mesmo que este reúna as energias espirituais, a tenacidade, a ânsia de engrandecimento pátrio que o povo português tem demonstrado sempre, através dos séculos, possuir em alto grau.

Dar expressão económica à imensa área do nosso Ultramar, ligando-o à Metrópole por um sentimento de posse efectiva que nos leve a considerar essas terras, como terras portuguesas, tal qual, o são de facto e de direito, é transformar Portugal, que tão habituados estamos a considerar um pequeno país em extensão geográfica, num grande império, elevando desde já para 17 milhões o número de 6 milhões de habitantes que o censo da população metropolitana acusa e que nos habituamos a ter como o computo da população portuguesa e a 2.172.506 quilómetros quadrados a área do território português que costumamos ver reduzido aos 89.625 do território metropolitano.

Ligar a balança comercial do nosso Ultramar à da Metrópole, e reter esse todo sob um sistema comum de economia dirigida que as transformações que vêm sofrendo os sistemas económicos de todos os povos, após a guerra, solicita, é dar um grande passo para a corporização da ideia do império económico português, ideia por nós lançada há alguns anos e que vemos hoje com todo o entusiasmo animar uma corrente de opinião ainda mal definida, é certo, mas já constituindo um factor importante da renovação que Portugal vai registando em todos os campos das suas actividades intelectual e económica, procurando espontaneamente adaptar o seu labor às condições geo-climáticas do solo, às riquezas do sub-solo e das costas marítimas, à situação geográfica que ocupa e às aptidões nativas da raça.

Uma prova do que afirmamos é dada pelo alvoroço com que foi recebida pelos produtores portugueses a inteligente e oportuna iniciativa do titular da pasta das colónias de aproveitar a sua visita oficial às nossas duas grandes províncias ultramarinas, Angola e Moçambique—destinada a uma revisão cuidada, *in loco*, dos seus orçamentos—, para a realização de feiras de amostras de produtos nacionais, criação das «casas da Metrópole» nessas províncias, organização de conferências preparatórias dum próximo congresso e convidar uma missão económica a fazer uma visita de estudo àquelas províncias, como elemento de valiosa colaboração para a intensificação do intercâmbio comercial entre a Metrópole e o Ultramar português.

Essa intensificação é a grande obra a realizar para o ressurgimento económico do País.

De há muitos anos que esse ressurgimento se nos apresenta como uma necessidade nacional. Nunca passou, porém, dum fase reveladora dum aspiração idealista, da Nação o apregoado «ressurgimento económico», que só a valorização do nosso Ultramar nos pode trazer.

Ao lado das actividades agrícolas, piscatória e mineira, da Metrópole, como sua impulsora, e como consequência do seu progresso, tínhamos de instalar a indústria manufacturadora se queríamos ingressar no ritmo económico dos povos progressivos.

Mas uma indústria destinada apenas a abastecer um mercado de escassa população e ainda de reduzido poder de compra como a nossa população rural, piscatória e mineira, que constituía a grande camada consumidora, nunca podia passar dum actividade tão reduzida que não permitia acompanhar o progresso febril, o dinamismo de que a indústria carece para acompanhar a produção mundial em custo e aperfeiçoamento técnico.

A fábrica e a oficina, o seu embrião, são o elo que liga a propriedade rústica ao capital; sem ele a capitalização torna-se aventureira; ou se refugia no papel de crédito do Estado ou emigra à procura de meios em que a aceleração do movimento lhe dá o apetecido rendimento e as grandes organizações bancárias lhe prometem emprêgo seguro.

Só a indústria, na época económica que o mundo atravessa, é a grande atracção das massas dos capitais.

Eis a razão porque tanto escasseia em Portugal o capital que procura as empresas produtoras que exercem sobre ele uma especial atracção, ao passo que os elementos bancários internacionais de depósito acusam uma capitalização portuguesa em Londres e no Brasil que orça por uma cifra variante entre 60 e 75 milhões de libras.

Só a conquista dos grandes mercados que já hoje são o Ultramar português pode dar possibilidade de mobilizar pela indústria os fortes recursos que possuimos de matérias primas quer na Metrópole quer no nosso Ultramar.

O comércio geral dêsse Ultramar atingiu em 1928 a cifra de 2.169.717 contos (58 1/2 % do comércio especial da Metrópole) pertencendo à importação 1.246.483 contos e à exportação 923.234 contos. Nesse movimento comercial a metrópole entrou apenas com 10 %, sendo 8 % na importação e 12,6 % na exportação, e as nossas províncias no Ultramar—intercâmbio de províncias com províncias—2,44 %.

(Percentagens estabelecidas sobre os números do Sr. F. Ribeiro Salgado no livro «Le Bresil e Les Colonies Portugaises»).

Os restantes 87,56 % do comércio geral do nosso Ultramar foi feito com países estrangeiros, pertencendo à Inglaterra, 41,7 %, à Alemanha 13,6 %, à Bélgica (incluindo o Congo Belga) 8,4 %, à Holanda 5,2 % e à França 5 % para só citarmos os principais.

E ao passo que a exportação para Inglaterra foi apenas de 39,6 % do valor com que esse país entra na importação da Metrópole é inferior à exportação que esta recebeu.

Em 1931 a importação que a Metrópole recebeu do nosso Ultramar elevou-se a 178.220 contos, ao passo que a exportação que para lá fez não excedeu 81.115 contos. (Boletim Mensal da Estatística).

Os números que resultam da diferença do existente para os do predomínio do comércio português com o nosso Ultramar são um índice do esforço que a produção e o comércio metropolitanos, conjugados com o comércio local necessitam fazer para que esse Ultramar realize a função económica que lhe compete no ressurgimento económico do País, como compensação do que em vidas e ouro representa para Portugal esse seu território, vidas e ouro que nenhum português de bom sangue regateia, é preciso dizê-lo bem alto, porque nesse território, sagrado pelo sofrimento de bons portugueses, reside a esperança dum Portugal maior em riquezas material e espiritual e nenhuma Nação se engrandece sem pesado sacrifício nesta luta económica que vai travada mundo em fora.

É por isso que a iniciativa do Sr. Ministro das Colónias não pode deixar de revestir a importância que tem na renovação do País, levando ao Ultramar a prova do aperfeiçoamento que a indústria portuguesa já adquiriu nos ramos que mais interessam ao consumo das províncias em que vão ser realizadas as Feiras de Amostras, e dando aos industriais portugueses a animadora esperança de que o nosso Ultramar vai apreciar esse seu esforço com aquele entusiasmo com que o português instalado longe do torrão que lhe serviu de berço, recebe sempre o que lhe fala dêsse canto da sua Pátria cuja imagem é a derradeira expressão de vida da sua retina amortecida pela nostalgia.

(Conclui na página 25)

PORTUGAL COLONIAL

21

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

Uma reforma

REFORMAR um organismo, é melhorar a sua orgânica, aperfeiçoar os seus órgãos de acção, tornando-os cada vez mais progressivos e eficientes, quer pelas células que hajam de ser creadas, quer pelo aperfeiçoamento que outras tenham de experimentar.

Para que uma reforma seja duradoira e se mantenha, pelo menos o tempo suficiente para a sua completa execução, é indispensável, em primeiro lugar, a elaboração de umas determinadas Bases que expostas ao público competente e estudioso, deem lugar a que elle as possa desapassionadamente discutir e dizer de sua justiça.

Poder-nos-há nesta altura ser objectado, que em regra, os interessados têm sempre o seu caso, que desejam ver atendido, as suas ambições que desejam também satisfazer, não contando com aqueles feridos nas suas paixões, no seu egoismo, na sua maneira de ser, visto que o derrotismo, que lhes é muitas vezes peculiar, os não deixa ver o bom caminho, optando pela argúcia, servindo-se até de ponto de partida para agradar á facção A, em detrimento da B, etc.

Observar-nos-hão também, que apparecem sempre os arrivistas, os salientes, os que desejam atropelar tudo e todos, em suma, os nulos, os zoilos e os que a sua ciência, se reduz a bem pouco — dizer mal de tudo e de todos — sem que para isso apresentem coisa alguma, a não ser o palavriado balofo, o ataque pessoal contaminado pelo seu rancor, pelo seu ódio vesgo, quasi sempre sem fundamento, a não ser no despeito ou coisa parecida.

Postas estas considerações com franqueza e sem que com elas queiramos atingir pessoa alguma, pois não está no nosso feitiço nem maneira de ser, seja-nos lícito enumerar algumas cadeiras, a par de outras que venham a ser sugeridas e que na nossa humilde opinião podiam fazer parte do programa de estudo de uma nova reforma da Escola Superior Colonial, sem que com isto queiramos também, ferir interesses adquiridos ou legítimos:

—Geografia Colonial—Climatologia—Meteorologia etc.

—Colonização Portuguesa e estrangeira.

—História das Colónias Portuguezas e Noções das Estrangeiras.

—Princípios de Direito Administrativo—Administração Civil e Financeira—Legislação correlativa e comparada das colónias portuguezas e estrangeiras.

—Noções de Economia Política—Regimens economicos e Aduaneiros das Colónias—Produções e Mercados.

—Princípios de etnografia Geral e etnologia e etnografia coloniais propriamente ditas.

—Política Indígena

—Direito Internacional Público e Privado

Prática Judiciária e Notariado das Colónias.

—Finanças Coloniais. Orçamentologia, Estatísticas, etc.

—Noções de Construção Civil—Construções Coloniais. Estradas, Carreteiras. Topografia, Cartografia, Medição de terrenos, etc.

—Higiene Colonial Geral e especial—Medicina Prática e enfermagem—Educação Física.

—Inglês Prático.

—Francês Prático.

—Línguas Coloniais.

O ensino ministrado nestas Cadeiras ou parte de Cadeiras, deveria ser completado por um tirocínio no Ministério das Colónias, para os indivíduos que se dedicarem às funções administrativas do Ultramar, assim como para os funcionários das alfândegas, fazenda, correios e telégrafos, a quem venha a ser exigido o curso colonial.

O que anteriormente deixamos exposto seria como que uma Base ou complemento dela, sem outra pretensão da nossa parte, a não ser o de chamarmos a atenção deste assunto de tamanha magnitude, de forma a integrá-lo nas pessoas de sã consciência e procedimento levantado, para assim se chegar a uma perfeita e bem orientada discussão.

Não comporta esta crónica mais do que o enumerado das Bases e por isso nos reservamos para noutra ocasião tratarmos mais detalhadamente deste ponto de vista, visto que, por agora, nos limitamos tão somente à enumeração dessas Bases que devem servir de estudo, repetimos, duma Reforma da E. S. C. Assim por exemplo:

Tratar-se-hia noutra Base das atribuições dos Conselhos, Escolar e Administrativo; outra da Direcção e do Corpo Docente e Administrativo; uma

outra (das mais importantes) versaria a efectivação das vantagens concedidas pelo Curso Superior Colonial; mais uma trataria dos concursos para Professores; uma outra ainda relativa às matrículas e ensino em geral—Exames, etc.—e finalmente a última encetaria o estudo dos programas de cada uma das Cadeiras ou parte de Cadeiras, etc. etc.

J. R. A.

Notas do mês

A peste bubónica em África

O Ministério das Colónias, recebeu a seguinte informação: "Ao contrário duma notícia inserida no *Petit Parisien*, não há no Ministério das Colónias conhecimento, até esta data, de se ter dado em Angola, caso algum de peste bubónica como seria fácil de acreditar, sabendo-se que grassa aquela epidemia no território estrangeiro confinante com a fronteira sul da nossa colónia. A notícia daquele jornal francês, revela manifestamente um duplo equívoco quando, relatando a existência da epidemia na Owampolandia, diz terem ocorrido casos fatais na África Ocidental Portuguesa. Nem aquele território da antiga Damaralandia alemã tem nada que ver com Angola, nem esta nossa colónia faz parte da África Oriental.

A migração dos ratos transmissores que poderiam atingir a fronteira depois da travessia de alguns quilómetros do território estrangeiro contaminado, torna-se menos fácil na sua entrada em Angola, dada a interposição do rio Cunene que constitui a parte ocidental dessa fronteira, e na região leste mais vizinha do território infectado, a própria natureza dos terrenos alagadiços e as grandes chuvas dificultam a invasão dos roedores infectantes. O processo de transmissão que levou a peste da União Sul-Africana para a Owampolandia por intermédio de ratos vivos contidos num carregamento de milho como já informámos, torna-se menos fácil, para dentro do nosso território através da fronteira já porque o transporte de mercadorias é na sua maior parte feita por carregadores em volumes individuais, já porque as providências tomadas pelo Governo geral de Angola visam justamente a vigilância defensiva por parte das autoridades administrativas e sanitárias sobre a importação das mercadorias por aquela via terrestre, tendo sido aberto para as despesas dessa natureza um crédito extraordinário de 150 contos. Os prejuízos de carácter económico de que se faz acompanhar sempre uma epidemia grave e até a simples notícia do seu aparecimento, exigem a maior exactidão nas informações dadas à publicidade e o maior escrupulo com o alarme prematuro quando é injustificado. São esses motivos porque o chefe dos Serviços de Saúde de Windhoek e o Dr. Fourrie delegado sanitário da União Sul-Africana que o Governo desta enviou à Owampolandia investigar, não estar de acôrdo quanto à origem provável da epidemia se bem que pareça averiguado ter esta vindo do Transvaal como já noticiámos.

Foram recebidas no Ministério das Colónias, informações pormenorizadas do Ministério dos Estrangeiros fornecidas pelo consul português em Windhoek,.

As obras do pôrto do Lobito

Foi publicado na fôlha oficial um decreto dando nova redacção aos artigos 2.º, 3.º e 7.º do decreto n.º 20.789, que autoriza a colónia de Angola a contratar na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a abertura dum crédito destinado à continuação das obras e apetrechamento do pôrto do Lobito e às despesas a efectuar com a fiscalização das mesmas obras.

Os aludidos artigos passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º O montante máximo do crédito será a importância que resulte de a quantia de 48.000 contos serem acrescidos os juros que pelo novo empréstimo forem devidos até 30 de Junho de 1932 e os juros da responsabilidade da colónia relativamente ao empréstimo de 1.350 contos (ouro), exceptuados apenas os juros de mora relativos aos encargos de amortização previstos no contrato de 26 de Setembro de 1929, de harmonia com o decreto n.º 16.847, de 17 de Maio de 1929.

Artigo 3.º São da responsabilidade da colónia de Angola os juros a pagar à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência desde 30 de Junho de 1931 pela totalidade das importâncias levantadas por conta do empréstimo de 1.350 contos (ouro), nos termos do decreto n.º 17.191, de 3 de Agosto de 1929.

§ único. A utilização do depósito efectuado nos termos do decreto n.º 17.191 precederá os levantamentos por conta do empréstimo que a colónia fica, nos termos deste decreto, autorizada a contratar.

Artigo 7.º No caso de, pela colónia não serem pagos nos seus vencimentos os juros ou qualquer prestação de amortização serão os juros devidos pela mora ou em atraso liquidados à taxa que fôr estabelecida para o empréstimo.

Uma série de portarias

Durante a sua estada em Luanda, o Sr. Ministro das Colónias assinou as seguintes portarias: Determinando que os terrenos de segunda classe que, naquela colónia, há mais de cinco anos estiverem na posse de portugueses, em área inferior a vinte hectares, sejam considerados propriedades dos seus possuidores; Aplicando a todos os serventuários ou assalariados do Estado, em Angola, as disposições que, na Metrópole, forem aplicáveis, em geral, em matéria de acidentes no trabalho; Concedendo, sob determinadas condições, aos assalariados dos serviços autónomos ou industrializados do Estado, uma licença disciplinar anual de quinze dias, com todos os vencimentos normais; ISENTANDO DE DIREITOS, na sua entrada pelas Alfândegas do Lobito ou Benguelá, 60 toneladas de cimento, oferecidas, gratuitamente, às Câmaras Municipais ou comissões administrativas das mesmas cidades; Determinando que nenhuma autoridade, magistrado ou funcionário administrativo ou agente da autoridade administrativa seja demandado criminalmente, sem prévia autorização do Governo da Colónia, por factos relativos às suas funções, ainda que estas hajam cessado; Concedendo aos antigos combatentes das guerras de África e França o direito à assistência médica nos termos em que a têm os funcionários da Colónia, sempre que se encontrem desempregados ou impedidos de prover a ela por seus próprios meios; Estabelecendo uma pensão mensal a favor de Bernardino Fernandes Fraga, antigo sargento de cavalaria; Determinando que sejam abolidos, temporariamente, os direitos de exportação sobre o óleo de palma e coconote e concedendo a importação temporária ao vasilhame e sacaria destinados ao acondicionamento dos mesmos produtos; Atribuindo personalidade jurídica, nos termos gerais de direito, aos Sindicatos de Indústria e Comércio de Peixe, com a capacidade jurídica necessária para a realização das operações comerciais respeitantes à exportação do peixe seco e seus derivados; Estabelecendo uma zona de influência económica dos aludidos Sindicatos e um imposto de 1 1/2 0/0 "ad-valorem", cobrado no acto da exportação, e que constituirá receita geral do Estado; Autorizando o Governo geral de Angola a intervir, como avalista, nas operações que o Sindicato de Indústria e Comércio do Peixe de Mossamedes realizar para a aquisição dos maquinismos necessários à instalação de uma fábrica de farinha alimentar de peixe e seus derivados, em Pôrto Alexandre.

Diversas

O Conselho Superior das Colónias, ocupou-se do orçamento da colónia da Guiné, para 1932-33; do projecto de diploma do Governo de Macau criando o "Fundo de Reserva do Ópio,."

Como algumas comarcas ultramarinas não têm sido feitas correições aos cartórios dos escrivães e dos notários e aos juizes instrutores, vão ser tomadas providências de modo que tal serviço se realize anualmente, devendo os Governos locais facilitar os meios de transporte quando necessários.

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias, acerca do projecto do regulamento disciplinar dos funcionários públicos de S. Tomé e Príncipe e da proposta do governo de Macau, para a criação do "Fundo de Reserva do Ópio,."

O Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, apreciou o importante trabalho elaborado pelo sr. coronel Lisboa de Lima, relativo à projectada ponte sobre o Zaire; e ainda os pareceres acerca dos relatórios das Obras Públicas de Macau e da Brigada do Caminho de Ferro Zaire-Congo e sobre o estudo de um pôrto no enclave em Cabinda.

Vai ser fixado um prazo a todas as comissões encarregadas do estudo dos vários problemas que interessem às colónias, para fazerem entrega dos seus relatórios aos respectivos governos.

Reuniu-se no Ministério das Colónias a junta de inspecção das Colónias, que inspecionou vários funcionários coloniais.

Em virtude de haver sido determinado que os vários problemas relativos às colónias de S. Tomé e Príncipe, Angola e Mo-

câmbio, seriam resolvidos durante a estada do sr. dr. Armino Monteiro nas referidas colónias, foram mandadas sustar as propostas relativas à organização administrativa de Tete; a que se refere às sedes e postos das circunscrições de Baroma, que é extinta e substituída pela de Benga, da Agonia, da Macanga e da Maturara, a que diz respeito aos vencimentos do chefe de conservação de estradas, e ainda a respeitante à criação dos lugares nos serviços de agricultura e veterinária.

• Foi terminada em 31 de Agosto próximo o prazo para a publicação nos respectivos boletins das reformas definitivas dos funcionários que actualmente se encontram desligados do serviço aguardando aposentação ou que estão recebendo pensão provisória. Em conformidade com o decreto n.º 20.260 de 1931, aos funcionários que àquela data não tiver sido publicada a referida situação é-lhes suspenso o pagamento da pensão até que lhe seja regularizada a reforma.

Angola

A Associação dos Comerciantes de Angola, residentes na Metrópole, entregou uma representação ao Governo pedindo que seja atendida a reclamação da Associação Comercial de Benguela no que diz respeito a transferências.

• Foi aberto, na Direcção dos Serviços de Fazenda de Angola, um crédito especial da importância de 12.000.000.00 angulares, destinado ao pagamento das dívidas de exercícios findos.

• Foi criado um imposto adicional de 1/2 0/0 "ad-valorem", sobre as mercadorias importadas pelo porto de Luanda, a cobrar pela Alfândega, e destinado a constituir receitas da Associação Comercial e Associação Beneficente dos Empregados no Comércio da mesma cidade, sendo integralmente aplicadas nas percentagens seguintes: 9 0/0 para a conclusão do Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda e 10 0/0 para a construção do edifício para a instalação da sede da Associação Beneficente dos Empregados no Comércio daquela cidade.

• Foi aprovado pelo Governo de Angola e publicado no boletim oficial da Colónia um regulamento de concessão de licenças para a importação e vendas naquela possessão, de aparelhos rádio-eléctricos.

• O governador geral interino de Angola nomeou uma comissão constituída pelo presidente do Conselho de Câmbios, directores dos Serviços Aduaneiros e de Saúde e delegados das Associações Comercial e do Comércio e Indústria de Luanda para estudar o assunto das transferências de cambiais e propor o que tiver por conveniente.

• O mesmo governador publicou no Boletim Oficial um louvor a todas as entidades e individualidades que concorreram para o bom êxito da recepção feita ao Sr. Ministro das Colónias e da Feira de Amostras, realizada em Luanda.

• De harmonia com o orçamento ultimamente aprovado para a Colónia de Angola, vão ser reorganizados os serviços de pecuária e veterinários e os dos caminhos de ferro.

• O Governo de Angola enviou ao Ministério das Colónias dois mil contos para pagamento dos vencimentos dos funcionários daquela colónia actualmente residentes na Metrópole.

• Em virtude das inúmeras reclamações dirigidas à Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole, entregou a sua direcção um memorial ao ministro interino das Colónias, sr. dr. Manuel Rodrigues, pedindo a concessão dum prazo para pagamento voluntário das cambiais em atraso, sem qualquer penalidade, indispensável para salvar da liquidação forçada muitas empresas de Angola por causa das pesadas multas que lhe são impostas.

Segundo nos informam, se acaso esta pretensão não fosse atendida, disso resultaria a execução de numerosas e importantes propriedades agrícolas, que decerto não ficariam na posse dos portugueses, por estes não possuírem capitais para a sua compra, o que contribuiria para a desnacionalização do mais importante factor de prosperidade e riqueza desta nossa colónia.

• A direcção dos Serviços Agrícolas de Angola, requisitou mais colecções de fruteiras para serem plantadas nas Estações Experimentais da colónia.

• Foi inaugurado o Laboratório Central de Patologia Veterinária de Nova Lisboa.

Os serviços veterinários de Angola vão dentro em pouco ter um grande desenvolvimento, sendo ordenada a importação de reprodutores para a melhoria definitiva do gado destinado à exportação.

Foi já posto em vigor naquela colónia o regulamento geral de sanidade pecuária e da indústria animal, a que em tempo nos referimos.

• Está muito adiantada a construção do grande hotel no Lobito, tendo sido concedida a isenção de direitos e impostos aos materiais a ela destinados.

• Foi aberto um crédito especial destinado às brigadas in-

cumbidas do combate às pragas dos gafanhotos na colónia de Angola.

• O governador geral de Angola, em vista do pessoal das circunscrições administrativas se achar bastante sobrecarregado com os serviços de justiça, propôs que nos juízos instrutores ou municipais ordinários a menos de cinquenta quilómetros da sede da comarca, seja limitada a competência apenas aos julgamentos sumários.

• Tendo a presidência da Relação de Luanda, comunicado telegraficamente que não era possível instalar, por falta de edifício para o tribunal, a comarca de Nova Lisboa, na região do Huambo, o sr. ministro, interino das Colónias determinou ao governador geral de Angola que providenciasse sobre a instalação urgente da mesma comarca.

• O Conselho Superior das Colónias, ocupou-se do regulamento das Granjas Administrativas de Angola.

• Foram já estabelecidas as comunicações telefónicas entre Luanda e Boma, capital do Congo Belga.

• No consulado português no Congo Belga foi, ultimamente, criada uma comissão de propaganda da riqueza e interesses de Angola naquela colónia belga.

• O Conselho Superior das Colónias, ocupou-se do orçamento da Índia para 1932-1933; do diploma do Governo de Angola que determina que seja posto em execução o regulamento das Granjas Administrativas; da concessão de terreno no Vale Ligonha, Moçambique, requerida por João Lopes Galvão.

• Pelo Ministério das Colónias foi enviada uma grande quantidade de soro para tratamento da raiva, destinado aos hospitais e postos sanitários de Angola.

• Uma comissão de funcionários de Angola procurou ontem, novamente, o sr. ministro interino das Colónias, pedindo-lhe urgentes providências no sentido de serem pagos os seus vencimentos em dia, como sucede com as outras colónias, pois há já ordem de pagamento para todos os funcionários coloniais, excepto para os de Angola.

• A partir de 1 de Julho é eliminado na colónia de Angola o imposto de rendimento, sendo remodelado o sistema que vigora naquela colónia para a contribuição industrial.

• Devem regressar brevemente a Lisboa as brigadas de estudo que foram mandadas a Angola, e cujos contratos não foram renovados.

• Por motivo da comunicação feita ao Ministério das Colónias, pelo consul português em Windhoek, vão ser tomadas urgentes providências por aquele Ministério para a defesa sanitária da região de Angola confinante com a antiga Damaralandia em consequência de grassar com grande intensidade em Ovampoland a peste bubónica e haver por repatriar do território contaminado indígenas angolanos que trabalhavam nas minas em que cessou a exploração ou por ter reduzido o seu pessoal.

• A fim de promover o desenvolvimento do tráfego pelo porto do Lobito, foi proposta a redução dos direitos de cais e de outros impostos, sobre a importação do carvão, gasolina, petróleo e óleos lubrificantes bem como o imposto de transporte no caminho de ferro de Benguela, no sentido de que fosse para as mesmas mercadorias reduzido a 50 0/0.

• Por decreto publicado no *Diário do Govern* foi determinado que a Comanhia Geral de Angola passe a ser administrada temporariamente por uma comissão administrativa.

Macau

O Governo de Macau comunicou que logo que estejam concluídos os fabricos que está sofrendo a draga do porto daquela colónia, recomenciarão com intensidade as dragagens nos portos exterior e interior da colónia.

• O Governo de Macau comunicou estar suspensa a partida de malas postais do Oriente, via Sibéria, para a metrópole.

• A nova ponte-cais do porto da Beira já está concluída, tendo agora acomodação para cinco navios de longo curso.

• Foram criados, uma circunscrição civil no Maputo e um posto aduaneiro no Estatuene, Moçambique.

• Vai ser publicado um decreto fixando a dívida de Macau à metrópole, bem como o encargo anual da colónia para pagamento dessa dívida.

• O governador de Macau pediu que não sejam preenchidas as vagas existentes no quadro de saúde daquela colónia, visto estar procedendo à reorganização dos serviços de saúde da mesma, projecto que tenciona brevemente enviar ao Governo Central para ser aprovado.

• O Governo americano pediu que seja negociado com aquele país, um aumento de taxas postais entre os Estados Unidos e Macau.

• Foi autorizado o Governo de Macau a contrair um empréstimo de 160.000 patacas com a Caixa Económica Postal, para

pagamento dos encargos com a construção do plano inclinado nas Oficinas Navais.

Cabo Verde

Seguiu para Cabo Verde a missão organizada pela Escola de Medicina Tropical, a fim de completar as investigações encetadas em 1931, naquela colónia, sobre paludismo, demografia sanitária e lepra.

Índia

O Conselho Superior de Obras Públicas e Minas aprovou o projecto para a construção da ponte sobre o rio Zuari, a qual será levantada entre Agaçaim e Coratalim, E' autor do projecto o engenheiro sr. Bernardino da Costa Júnior, que vai receber pelo seu trabalho a quantia de 11.500 rupias, devendo assumir toda a responsabilidade civil e criminal, em virtude de contrato. A construção, importa em 1.359.740.000 rupias.

A ponte, cuja primeira pedra será lançada no dia 5 de Outubro próximo, denominar-se-á "Presidente Carmona."

• Vão ser autorizadas as comunidades do Estado da Índia a conceder por aforamento as suas terras incultas aos particulares, para cultura do arroz, árvores frutíferas e industriais, e para a criação de gados e suas indústrias derivadas.

• Foi aprovada uma proposta para a Câmara Municipal de Bardez poder contrair um empréstimo com a Caixa Económica Postal, até à quantia de 20.000 rupias, para a construção do edifício destinado ao liceu municipal daquele concelho, cujo projecto e respectivo orçamento foi também aprovado.

• O governador da Índia propôs que sejam considerados monumentos nacionais, diversos edifícios, incluindo conventos e igrejas, existentes naquele Estado.

• Foi autorizado o Governo geral da Índia a abrir concurso na colónia para aspirantes de fazenda.

• O Governo da metrópole aprovou o projecto do governador geral da Índia, relativo à Casa de Portugal em Bombaim, com algumas modificações. Uma delas diz que em lugar de se construir um novo edifício, como se pretende, que seja aproveitado o nosso palácio de Colober.

• Apesar das reclamações enviadas ao Governo, foi mantida a sobrelaxa para o arroz importado pelo Estado da Índia, como medida de protecção à cultura do arroz nacional e também para se desenvolver, nesse Estado, essa cultura, que é a base da alimentação da população indiana.

Moçambique

Segundo o relatório referente a 1931, sobre a importação e exportação na colónia de Moçambique, vê-se que tem aumentado a exportação de laranjas que atingiu 647 toneladas, toranjas 682, copra 21.941 e sisal 12.359.

• Foi já elaborado o regulamento do decreto que trata das cambiais em Moçambique.

• Foi concedida a substituição por cinco, das tres fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão, cuja instalação, no distrito de Moçambique, tinha sido pedida pelo príncipe Luiz de Bourbon-Parma.

• Em vista da grande crise agrícola que tem atravessado a colónia de Moçambique, onde, para mais, muitos agricultores indígenas ficaram, devido à falta de chuva, com as suas sementeiras perdidas, o Governo da colónia determinou que a esses indígenas fosse fornecido milho necessário para o seu sustento, bem como às demais populações que dele carecessem.

• No gabinete da Imprensa recebeu-se o seguinte rádio:

BEIRA, 12.—A Associação Geral do Trabalho encontra-se em sessão permanente por motivo da "Beira Railway", ter despedido um empregado português, ameaçando os restantes. Foram baldados todos os esforços para se chegar a um acôrdo, estando-se na contingência de graves conflitos, devido à exaltação existente.

(a) Presidente da direcção.

• Para a aquisição do algodão ao indígena, em Moçambique, foi estabelecido o preço de um escudo, por quilo de algodão em caroço, claro, maduro, isento de manchas e de impurezas, e de \$90 o quilo, incompletamente maduro, manchado, sujo ou misturado com diversas impurezas.

• A Câmara de Comércio de Benoni (África do Sul) pediu ao Governo a denúncia da Convenção de 1928 com Moçambique, por considerá-la ruínoza para o comércio e para os indígenas sul-africanos.

• Foram dissolvidas a Associação Comercial de Inhambane e o Sindicato Agrícola do mesmo distrito, por terem faltado ao

prescrito nos seus estatutos, não elegendo os seus corpos gerentes para o corrente ano.

• Em vista de reclamações apresentadas sobre o tratamento conveniente do gado na colónia de Moçambique, toram autorizadas as verbas de 60 contos para cinco lanques carricidas em Tele, 40 para dois no Barué, e 32 para a aquisição de vacina contra a febre carbunculosa no Chibuto. Também foi autorizada a verba de 260 contos para obras no edifício dos serviços da emigração na fronteira, em Ressano Garcia.

• Segundo telegrama recebido, as missões portuguesa e inglesa, que estão procedendo à revisão da delimitação da fronteira sul do Rodésia e Moçambique, já concluíram os seus trabalhos de campo em Penhalonga, tendo seguido para o sul. Encontram-se actualmente em Melster.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, a emigração para as minas do Rand têm diminuído bastante. Em 31 de Dezembro último, havia empregados nas referidas minas 70.114 indígenas portugueses, o que representa 35.783 a menos do que por ocasião da assinatura da actual convenção entre a União Sul Africana e Moçambique. Desde essa data o número desses indígenas tem diminuído e vai haver agora mais reduções, pois por intimação do Governo da União, o número será reduzido para 55.000 até ao fim de Agosto próximo. Esta redução vem afectar muito a colónia, pois cada indígena auferia 30 libras por ano, calculando-se, em média, 15 libras que entram com cada indígena em Moçambique. Assim, a colónia perderá anualmente cerca de 750.000 libras.

• Termina no próximo mês o encargo assumido pelo Estado para com a companhia que construiu e explora o Polana Hotel, na praia da Polana, em Lourenço Marques, da garantia do juro de 6% sobre o capital empregado nessa construção durante 10 anos, compromisso que tem sido rigorosamente cumprido e de que nos princípios do próximo ano económico vai ser paga a última prestação. A companhia, alegando várias razões, pediu ao Governo para este continuar a subsidiá-la da mesma forma, pois de contrário terá que fechar o hotel. O subsídio do Estado durante estes dez anos, com o pagamento dos juros, foi de 130.000 libras.

S. Tomé

Em virtude de terem concluído os respectivos contratos, vão ser repatriados numerosos indígenas pertencentes às colónias de Angola e Moçambique, actualmente trabalhando nas roças de S. Tomé.

• O Governo de S. Tomé pediu, com urgência, que as vagas, ali existentes, de praticante de farmácia e enfermeiro sejam preenchidas por indivíduos de outras colónias, ou por meio de concurso.

• A Junta Central de Trabalho e Emigração, entre os vários assuntos que tratou, os mais importantes referem-se à nova montagem da escrita dos bonus dos serviços de S. Tomé que constituem o Cofre de Trabalho e Repatriação, sendo apreciado o respectivo relatório e o da substituição e obrigações sorteadas que estão na Junta de Crédito Público.

As Feiras de Amostras no Ultramar

(Conclusão da página 21)

Saudando os portugueses que no ultramar ocupam os pontos estratégicos económicos da grande manifestação do valor da nossa raça, que é o vasto império ultramarino coberto pela nossa bandeira, esses valorosos obreiros do futuro de Portugal, abraçamo-nos espiritualmente já que o nosso caçado organismo nos não permite tornar a pisar terras africanas para sermos portadores desta saúde como tanto desejavamos.

ALBANO DE SOUSA

Livros e publicações

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique. Quinzaine Coloniale.

Gazeta aos Caminhos de Ferro.

Comércio de Angola (número especial dedicado às Feiras de Amostras Coloniais).

O Lobito (número especial).

L'Espansione coloniale portoghese dalle origini ai giorni nostri, estudo de Angelo Vittorio Pellegrineschi a que nos referiremos mais demoradamente no próximo número.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-média	Índice-médio	Índice-médio	Fevereiro	Junho
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.272	1.621

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Junho de 1932

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde).....	96.422	20.762.561	—	17.568.360	12.399.341	2.118.863
Banco do Comércio e Ultramar..	175.893	255.347	858.104	1.322.842	1.122.521	2.148.316
Banco N. Ultramarino (Séde)..	5.789.966	921.261	70.127.458	60.578.520	36.219.635	68.084.095

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Médias das cotações de produtos coloniais no mês de Junho de 1932

DESIGNAÇÃO	Colónia	Unidade	DIA 4		DIA 11		DIA 18		DIA 25	
			Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra

Operações realizadas na Bolsa de Mercadorias de Lisboa

Arroz (descascado).....	Angola	Quilo	—	—	—	—	—	—	—	1\$50	—
Idem (com casca).....	Guiné	»	—	—	\$85	—	\$85	—	—	—	—
Cacau fino.....	S. Tomé	Arroba	—	40\$00	—	40\$00	—	—	—	—	40\$00
Café Cazengo.....	Angola	»	—	—	—	88\$00	—	—	—	100\$00	—
Cera.....	»	Quilo	—	—	—	8\$00	—	—	—	—	—
Milho Ambrizete.....	»	»	—	—	—	—	\$69	—	—	—	—
» Luanda e Benguela.....	»	»	\$62	—	\$62,5	—	\$61	—	—	\$64,5	—
» » » » (amarelo).....	»	»	—	—	—	—	\$74	—	—	—	—
» » » » (branco).....	»	»	—	—	—	—	\$73,3	—	—	—	—
» » » » (mistura).....	»	»	—	—	—	—	\$62,5	—	—	\$66	—
» Novo Redondo.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	\$80	—
» (mistura).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	\$70	—

Fora da Bolsa

Cacau fino.....	S. Tomé	Arroba	—	—	—	—	42\$25	—	—	—	—
» paiol.....	»	»	30\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
» escolha.....	»	»	22\$00	—	20\$50	—	24\$25	—	—	21\$00	—
Café Arábica.....	»	»	185\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
» Libéria (entrefino).....	»	»	—	—	55\$00	—	—	58\$50	—	—	—
» Novo Redondo.....	Angola	»	—	—	—	—	—	90\$00	—	—	—
Cera Benguela.....	»	Quilo	—	—	—	—	—	—	—	8\$20	—
Coconote.....	»	Arroba	17\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
».....	S. Tomé	»	10\$50	—	—	—	—	17\$50	—	17\$50	—
Copra.....	»	»	20\$00	—	—	—	—	20\$00	—	20\$00	—
Óleo de palma.....	»	»	20\$00	—	—	—	—	21\$50	—	20\$00	—
» » » (Amboim).....	Angola	»	23\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
Ricino.....	S. Tomé	»	19\$00	—	—	—	—	—	—	—	—

3 Objectos que todos conhecem na Costa Ocidental



1.º — A lata de gazolina SPHINX cuja solidez a faz resistir aos mais rudes meios de transporte, evitando quebras e, por consequência assegurando a V. Ex.ª a quantidade suficiente de combustível.

2.º — O placard com a Esfinge vermelha que indica a V. Ex.ª os locais onde se vende a gazolina, que durante anos, tem dado as melhores provas em toda a Africa.

3.º — O sinal de estradas SPHINX, do tipo recomendado pela Sociedade das Nações e que mostra a V. Ex.ª os obstáculos perigosos que é necessário evitar.

951

VACUUM OIL COMPANY



Os Vernizes e Secantes da marca Estrela são os * melhores *

Devem ser preferidos por serem nacionais e rivalisarem com os melhores estrangeiros em preço e em qualidade

A' VENDA EM TODAS AS DROGARIAS

LISBOA — PORTUGAL

Leiam a

Revista

“Portugal Colonial”

A única

revista

colonial

portuguesa

A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Ottosgrafica, L. da Trabalhos tipográficos em todos os géneros
Deçam orçamentos

Telef. 2 3775

L. DO CONDE BARÃO, 50 — LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

27

Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo
N.º 57 de 27 de Abril de 1929

SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes
em toda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo
Govêrno da Colónia

Acaba de ser pôsto à venda


Angola

Projecto de Fomento

Geral de Angola

por colaboração do Estado com as
iniciativas particulares unificadas
— sob a forma de Companhia —

Por

Henrique de Paiva Couceiro

1 volume de 190 págs., br. 5\$00

pelo correio 6\$50

Pedidos à administração da
PORTUGAL COLONIAL—Rua da Conceição, 35, 1.º
LISBOA

FLINTKOTE

Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILISAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construcções de Pavimentos Elasticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalisações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automoveis
Construcções
Navios
Pele de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidoras:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 27232 Teleg.: SURVEY
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{MA}
Telefone 2908
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA

PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, DE 1922 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camiões «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

Companhia Nacional de Navegação

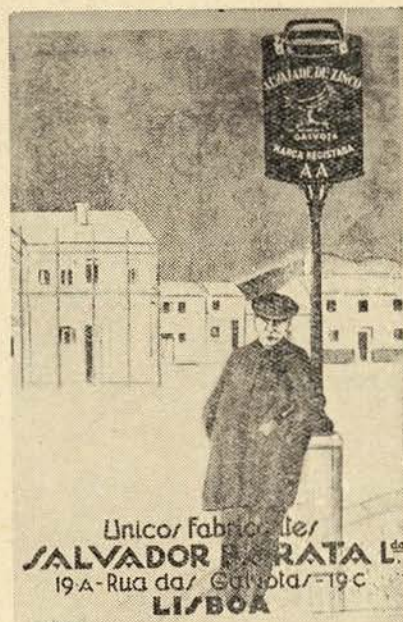
Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

CARREIRAS REGULARES ENTRE TODOS OS PORTOS DA PROVINCIA

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE ** SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHÉ, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada
Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 32



Unico Fabricante
SALVADOR PARATA L.º
19.A - Rua das Galvoadas - 19.C
LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92